Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 12, 13 E 14 DE MARÇO DE 2022 | Nº 25.113 | Preço banca: R$ 3,50

Inflação oficial do Brasil registra alta de 1,01% no mês de fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou alta de preços de 1,01% em fevereiro deste ano. A taxa é superior às observadas em janeiro deste ano (0,54%) e em fevereiro do ano passado (0,86%). Essa é a maior taxa para um mês de fevereiro desde 2015 (1,25%).

Dados foram divulgados na sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA acumula taxa de inflação de 1,56% nos dois primeiros meses do ano. Em 12 meses, o IPCA acumulado chega a 10,54%.

Em fevereiro, os principais responsáveis pela alta de preços foram educação (5,61%) e alimentação e bebidas (1,28%). No caso da educação, o que pesou foi o fato que os reajustes praticados no início do ano letivo, nos cursos regulares, são incorporados ao IPCA em fevereiro. Página 3

Banco Central eleva exigência para funcionamento de fintechs de maior porte

Página 3

Projeto de cobrança única de ICMS de combustível aguarda sanção

Página 3

Bombardeio russo impede mais uma vez retirada de pessoas de Mariupol

Bombardeios russos impediram novamente que refugiados deixassem a cidade portuária ucraniana de Mariupol, na sexta-feira, enquanto em outras áreas forças russas também pararam alguns ônibus com pessoas que tentavam fugir da região de Kiev, disse a vice-primeira-ministra ucraniana, Iryna Vereshchuk.

Em um discurso em vídeo, Vereshchuk disse que algumas retiradas foram bem-sucedidas, incluindo 1.000 pessoas que saíram de Vorzel, na região de Kiev.

As forças russas sitiaram Mariupol. A Ucrânia diz que 1.582 civis morreram lá em 12 dias desde o começo da invasão. (Agencia Brasil)

Senado instala comissão para modernizar a Lei do Impeachment

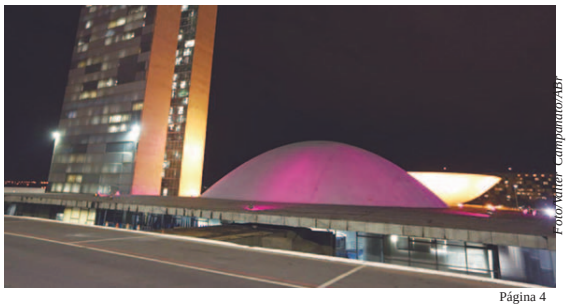

Foto: Walter Campanato/ABr

Página 4

Prefeitura de SP faz acordo para instalar antena de celular na periferia

A prefeitura de São Paulo e as operadoras TIM, Telefônica e Claro assinaram na sexta-feira, (11) um acordo para a instalação de 286 antenas para transmissão de sinal de celular e internet nas regiões periféricas da cidade. O objetivo é diminuir a exclusão digital no município.

A prefeitura ainda editou um decreto que regulamenta a Lei 17.733, aprovada na Câmara Municipal, que estabelece os critérios técnicos a serem levados em consideração para a implantação de antenas. Página 2

Mais de 2,2 milhões já entregaram declaração do IR

Apesar de entraves no site no primeiro dia, o número de contribuintes que acertaram as contas com o Leão aumentou na primeira semana de entrega de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 16h de sexta-feira (11), 2.289.606 declarações foram enviadas.

O número representa crescimento de 13,3% em relação ao registrado na primeira semana de entrega no ano passado. Neste ano, o Fisco espera receber 34,1 milhões de declarações, volume semelhante ao enviado em 2021. Página 4

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com muitas nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva a qualquer hora.

26º C / 20º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol com muitas nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva a qualquer hora.

26º C / 20º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol com muitas nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva a qualquer hora.

26º C / 19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,04
Venda: 5,04

Turismo
Compra: 4,99
Venda: 5,20

EURO

Compra: 5,50
Venda: 5,50

Esporte

Evento beneficente GP Mulheres em Ação foi sucesso

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado de diversas maneiras, mas merece destaque o GP Mulheres em Ação, corridas beneficentes de kart que angariaram doações para mulheres em tratamento contra câncer, realizado com apoio institucional do Rotary Club de São Paulo Ponte Estaiada, Fraternidade Aliança Aca Laurência e Lions Clube São Paulo Nações de Cultura de Paz, no Kartódromo Ayrton Senna, em Interlagos (SP/SP).

"Encanto, alegria e superação é o que traduz bem esta noite. Sonho mais que realizado vendo meninas e mulheres na pista avançando em cada curva, assim como fazem com maestria na vida. Gratidão a todos que contribuíram para que tudo ficasse perfeito", agradeceu Rita Sanches, empresária, organizadora e promotora do GP Mulheres em Ação.

"Com o apoio de todas essas mulheres incríveis, levaremos graça, charme, beleza e dignidade para as mulheres que estão neste momento lutando pelo pódio da vida. Faremos a todas, kits cheios de amor e esperança", referiu-se às doações de brincos, acessórios, maquiagem em geral, turbantes, sabonetes, hidratantes, protetores solares e esmaltes, que se juntaram a parte da renda levantada com as inscrições para montar kits com os itens que reverterão para hospital especializado no tratamento contra câncer.

Aconteceram duas provas de kart, com 20 mulheres em cada, com muitas disputas até a bandeirada final. "Eu já tinha participado de outros eventos destinados apenas para as mulheres, mas esse me surpreendeu muito pela organização e carinho de todos envolvidos e das participantes. Foi um sucesso. Uma palavra para resumir, gratidão. Estou muito feliz", resumiu a dentista Lucimara Policeno, vencedora entre as Estreantes e Novatas. Entre as pilotas experientes a vencedora foi Luiza Mesquita, que levou prêmios que devem chegar ao equivalente a R$ 6 mil.

Prêmios e presentes para todas as mulheres

Todas as participantes do GP Mulheres em Ação saíram com vários presentes como kits da Giovanna Baby, mudas de plantas, brigadeiros da LIV Confeitaria, quick massage e massoterapia, e concorreram a sorteios de sessões de peeling da Mary Estética, sessões de drenagem linfática com endermoterapia da Studio Divando, escova e hidratação de cabelos do Espaço Carolina Isidoro, kit de perfume importado da Paris Elysees, aula experimental de dança do ventre do Studio JZ Danças e Teatro, protetor bucal, kits de cerveja artesanal Paulistânia, lavagem e higienização de carro da Box 4 Cars, kit automotivo Eletric Serviços Automotivos, tapete para carro da Maçaranduba Motors, cursos de violão online da MRC Produções, cursos de inglês Monster English, entradas na casa noturna The History, voucher da Rolley Beach para quadra de beach tênis, vôlei de praia e futvolei, voucher para jantar no restaurante Itália no Box, inscrição em corridas na AKSP e Grakar, camiseta HarderThan, bolos da Casa Toniolo.

Foto: Priscila Paiva

Pódio *da categoria das pilotas experientes do GP Mulheres em Ação*

As vencedoras de cada corrida levarão como prêmio treino de Fórmula Vee, treino de kart F-4, treino no simulador da AVSP, macacão personalizado Go BS 9categoria experientes), sapatilhas Corsa, luvas DKR, protetor de costela DKR e balaclava, jantar no restaurante Low BBQ, passeio de limusine com acompanhante, entre outros itens.

As seis primeiras colocadas de cada corrida que subiram no pódio receberam troféus personalizados, e ainda foram presenteadas com vasos de orquídeas, produtos de embelezamento automotivo Braclean e kits com cremes e álcool em gel Diapele.

Logo após a bandeirada final do GP Mulheres em Ação, a empresa Vou de Limo levou as pilotas de limusine do parque fechado até o pódio, e a seguir a cantora Kedma Ely Araújo Lima apresentou seu repertório durante os intervalos do show acústico da Banda Roliços Selvagens, o palco montado pela Itasom no Kartódromo de Interlagos.

"Parabéns a você Rita (Sanches) e sua equipe, e a todos os patrocinadores que proporcionaram um evento incrível. Vocês conseguiram manter uma organização impecável e o mais importante: uma 'vive' sensacional. Conte comigo, quero ver vocês irem cada vez mais longe!", comentou a estreante Renata Bimmer.

O GP Mulheres em Ação teve o apoio institucional do Rotary Club de São Paulo Ponte Estaiada, Fraternidade Aliança Aca Laurência, Lions Clube São Paulo Nações de Cultura de Paz, e do Grupo Universal Automotive Systems, SM Reparação de Veículos, Sudica Pet Shop, Ftvracing (Fernando Silveira) e Clicados no Kart (Priscila Paiva).

Confira o resultado da corrida das Estreantes e Novatas: 1) Lucimara Policeno, 16 voltas em 17min16s259; 2) Aurelita Freitas, a 20s032; 3) Amanda Ramos de Souza, a 21s055; 4) Aurelita Freitas, a 23s442; 5) Delbra Regina da Silva, a 24s183; 6) Barbara Lopes, a 32s116; 7) Andréia Alves dos Reis, a 1 volta; 8) Melba Cristina Ribeiro, a 2 voltas; 9) Silvanete da Costa, a 2 voltas; 10) Yanka Rodrigues, a 2 voltas.

Confira o resultado da corrida das Experientes: 1) Luiza Mesquita, 19 voltas em 17min54s192; 2) Jéssica Munic Ligocki, a 9s050; 3) Laila Almeida, a 18s345; 4) Fernanda Delamuta, a 18s541; 5) Priscila Teodoro, a 24s334; 6) Vanessa Vieira, a 31s771; 7) Maria Cebolinha, a 37s861; 8) Grazi Gonçalves, a 43s987; 9) Cristiane Bittencourt, a 54s312; 10) Monique Gianetti, a 1 volta. Instagram: @gpmulheresemacao

autojornal
o dia a dia motorizado

Lançado programa de desenvolvimento para a região da Nova Alta Paulista

O Governo de SP lançou, na sexta-feira (11), o programa de desenvolvimento para a região da Nova Alta Paulista, localizada no noroeste do estado. O "SP Alta Paulista" propõe o desenvolvimento regional, econômico e sustentável, por meio de ações estaduais, para a redução das desigualdades sociais e melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local. A previsão de investimentos ultrapassa os R$ 300 milhões. Na ocasião, Doria também autorizou o início de obras de infraestrutura urbana e do programa Nossa Casa/CDHU para as cidades de Valparaíso e Castilho, somando mais de R$ 20 milhões em recursos estaduais.

"O SP Alta Paulista é um programa de gestão integrada. Assim como estamos fazendo com enorme sucesso no Vale do Ribeira com o Vale do Futuro, assim será aqui nessa região com mais saúde, mais educação e mais investimentos. Agora o crédito fica mais rápido e fácil. Com a formação desse programa, todos os municípios da Alta Paulista podem ter acesso a esses financiamentos para os seus programas de desenvolvimento, desde que garantam educação e geração de empregos', afirmou Doria.

Situada na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a região noroeste possui pouco mais de 400 mil habitantes distribuídos em 8,5 mil km² de extensão territorial e é composta por 30 municípios. As cadeias produtivas que sustentam a economia da Nova Alta Paulista são a agropecuária, o turismo, a inovação, a tecnologia e a intermodalidade de transportes.

A iniciativa foi elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), em parceria com a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), e tem como objetivos estratégicos o desenvolvimento sustentável, a redução de desigualdades e promoção de mobilidade social, a articulação do transporte multimodal e o fortalecimento regional.

O programa também tem como meta a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável, o alinhamento de ações às realidades locais, definir ações de curto prazo para melhorar e eliminar gargalos imediatos e definir ações de longo prazo para transformar a região.

Os municípios contemplados com as ações do programa são Adamantina, Arco Íris, Bastos, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho, Tupi Paulista e Tupã.

Nossa Casa/CDHU

Em visita à cidade de Junqueirópolis, o Governador também autorizou o início da construção de 208 novas moradias, em Castilho e Valparaíso, na região de Araçatuba. Os imóveis estão sendo viabilizados pela modalidade Nossa Casa – CDHU.

Para Castilho, foi autorizada ordem de início de serviço de R$ 12,4 milhões para a edificação de 128 casas do empreendimento Castilho E, localizado na Rua Adelaide Nobrega Arraes Foizer. Em Valparaíso, o valor do contrato é de R$ 7,8 milhões e os recursos são destinados à execução de 80 unidades habitacionais do residencial Valparaíso F, que está sendo edificado na Rua Maria Favero Spegiorin.

Os conjuntos habitacionais terão casas com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e área útil de 47,87 m². Os sorteios das moradias foram realizados em junho de 2020.

O financiamento dos imóveis seguirá os critérios da CDHU e as novas diretrizes da Política Habitacional do Estado, que preveem juros zero para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. Assim, as famílias pagarão praticamente o mesmo valor ao longo dos 30 anos de contrato, que sofrerá apenas a correção monetária calculada pelo IPCA, o índice oficial do IBGE.

Infraestrutura Urbana

Pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, o Governador assinou autorizo para liberação de R$ 200 mil para reforma de Centro Esportivo em Junqueirópolis, pelo Programa Parcerias Municipais. Além disso, outros R$ 250 mil serão destinados para construção de calçadas acessíveis, no âmbito do Programa Cidade Acessível. A iniciativa, gerida pela SDR em parceria com a Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência, prevê investimentos nas áreas de esportes, lazer, infraestrutura, educação e acessibilidade, de forma que os municípios paulistas se tornem mais inclusivos.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Quanto seguirá mandando o vereador e presidente da Mesa Diretora Milton Leite (União Brasil), tanto como virtual vice na prefeitura do ex-colega Ricardo Nunes (MDB), como no governo paulista com Rodrigo (ex-DEM no PSDB do Doria) ?

.

PREFEITURA (São Paulo)

Quantos serão os eleitos - pra Assembleia paulista e pra Câmara dos Deputados, alguns dos que estão em assessorias especiais e nas Secretárias do Ricardo Nunes (MDB) ? E quantos terão o poder de indicar quem vão ficar nos seus lugares ?

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Desta vez o professor de Direito e atual comandante do Procon - especialmente em relação aos combustíveis e postos - o ex-deputado e ex-presidente da Mesa Diretora Capez (PSDB) será eleito desta vez - em 2108 não foi - deputado federal ?

.

GOVERNO (São Paulo)

O João Doria (PSDB 'liberal de centro') vai insistir em ter uma mulher como candidata a vice na sua chapa pela Presidência da República 2022 ? Se for o caso, será mesmo a senadora Tebet (MS), assim como o MDB foi vice de Serra em 2002 ?

.

CONGRESSO (Brasil)

Quais os motivos do comunicador e deputado federal Russomanno (Republicanos), o 'xerife do consumidor' - com programa na Record (tv) - estar tão confiante de que poderá voltar a ser o mais votado dos deputados federais do Brasil ?

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Quais os motivos que levam Jair Bolsonaro (PL) a querer como seu vice ideal pela chapa por reeleição ser o general (reserva do Exército) Braga Neto ? E quais os motivos pra que seja de preferência pelo PP (ex-Arena dos governos militares) ?

.

PARTIDOS (Brasil)

O PT do Lulismo continuará usando como propaganda nas redes sociais que o ex-presidente Lula (PT) foi "Inocentado" de todas as acusações, processos e condenações (Lava Jato) pelo Supremo, apesar das condenações em 3ª Instância, no caso STJ ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Quais foram os critérios pra escolher os nomes que - junto com Lewandowski (Supremo) - integrarão uma comissão pra "atualização" da Lei do Impeachment brasileiro ? Você já analisou bem os nomes dos que foram 'ungidos' como membros ?

.

HISTÓRIAS

Profecias da Literatura Bíblica : nem o Putin (Rússia) vai se tornar o Anticristo (promovendo falsa paz mundial pro domínio do satanás), nem o Zelensky vai se tornar um dos escolhidos pra estar ao lado do Cristo Jesus em Nova Jerusalém Celestial

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna diária - **cesarneto.com** - se tornou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta30 (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Prefeitura faz acordo para instalar antena de celular na periferia

A prefeitura de São Paulo e as operadoras TIM, Telefônica e Claro assinaram na sexta-feira, (11) um acordo para a instalação de 286 antenas para transmissão de sinal de celular e internet nas regiões periféricas da cidade. O objetivo é diminuir a exclusão digital no município.

A prefeitura ainda editou um decreto que regulamenta a Lei 17.733, aprovada na Câmara Municipal, que estabelece os critérios técnicos a serem levados em consideração para a implantação de antenas.

"Isso é inovador, uma parceria dos poderes executivo e legislativo que, junto com o setor privado, chegaram a um entendimento das prioridades e colocará a cidade de São Paulo em um patamar de acesso à tecnologia, retirando as pessoas da exclusão digital", disse o prefeito Ricardo Nunes.

A instalação das antenas tem prazo de 360 dias para ser concluída. Os equipamentos serão instalados em áreas consideradas prioritárias pela prefeitura nas quatro regiões da cidade. Os locais foram indicados por um estudo técnico e levam em conta a localização de escolas e postos de saúde que atualmente têm problemas com sinal de internet e celular.

"As crianças vão poder utilizar os recursos para recuperação do período educacional", destacou o prefeito. "Temos UBSs unidades básicas de saúde que, hoje, transmitem os prontuários por rádio. É prioritário instalar sinal de internet para realizar esse trabalho", acrescentou. (Agência Brasil)

SP alcança terceiro lugar em ranking mundial de vacinação

O Estado de São Paulo, se fosse uma nação, estaria em terceiro lugar entre os países que mais vacinam contra a COVID-19 no mundo, com 83,69% da população com esquema vacinal completo, em comparação a países com população igual ou superior a 40 milhões de pessoas. São Paulo está atrás apenas da Coreia do Sul (86,57%) e da China (85,48%).

Em seguida, estão Espanha (83,65%), Japão (79,64%), Itália (78,95%), França (77,7%), Alemanha (75%), Brasil (73,48%), Reino Unido (72,06%) e Estados Unidos (65,19%) – os percentuais são atualizados periodicamente pelo portal Our World In Data, da Universidade de Oxford.

Entre os elegíveis para receber as doses, ou seja, todos acima de 5 anos de idade, SP já chegou a marca de 89,56% da população imunizada com as duas doses e 99% com ao menos uma dose. Na população em geral, o estado já chegou a 92,5% da população com ao menos uma dose. Na sexta-feira (11), o Vacinômetro (https://www.saopaulo.sp.gov.br/) registra 101,6 milhões de doses aplicadas nos 645 municípios paulistas.

A vacinação da dose adicional também tem crescido nas últimas semanas, com mais de 21,3 milhões de doses aplicadas. De acordo com o Consórcio de imprensa, São Paulo é o estado com o maior patamar de aplicação da dose de reforço, com 45,32% da população, à frente da Paraíba (36,44%), Mato Grosso do Sul (35,84%) e Rio Grande do Sul (34,9%). No Brasil, 31,81% da população recebeu a dose de reforço.

SMADS conclui etapa de preparação para o Censo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Paulo

Pesquisadores do Painel Instituto de Pesquisa e equipes da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial (Covs) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) estiveram nas ruas esta semana trabalhando nos primeiros levantamentos necessários à produção do Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua 2022.

A vigilância socioassistencial, que é uma das funções dentro do Sistema Único de Assistência Social (Suas), tem como objetivo apresentar uma radiografia territorial da situação e analisar a capacidade protetiva das famílias e indivíduos por meio das ocorrências de vulnerabilidade e risco social encontrados.

Os pesquisadores da empresa contratada, a Painel Instituto de Pesquisa, entraram em contato com diferentes perfis de cidadãos nos bairros, como, por exemplo, comerciantes, moradores e trabalhadores em geral, que contribuíram com informações importantes na fase de preparação para o Censo.

Os profissionais responsáveis pela pesquisa estavam interessados em melhor compreender toda a dinâmica dessa população, localizar seus pontos de concentração, seus hábitos de mobilidade e de convivência nas mais variadas regiões da cidade.

A coleta de dados foi realizada, inicialmente, em ruas do Brás, do Pari, e também nas imediações da Avenida Paulista. As informações coletadas servirão como uma referência no processo de contagem das crianças e adolescentes que fazem o uso das ruas como moradia e sobrevivência.

Agora, o trabalho preparatório está sendo estudado. Dele serão extraídos dados que se traduzirão em mais elementos para a realização da pesquisa censitária, que obedecerá critérios e metodologia científicos. A previsão é de que a contagem propriamente dita das crianças e adolescentes comece até o final de março e que a entrega dos resultados possa ser feita até o fim do primeiro semestre deste ano.

Caso a população veja uma criança ou adolescente em situação de risco social ela pode acionar a Central 156 ou o Disque 100.

A SMADS possui aproximadamente 800 serviços para atender crianças e adolescentes. Os serviços trabalham organizados nos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Política Nacional de Assistência Social (Pnas).

Para obter atendimento a crianças e adolescentes, as famílias podem procurar os 54 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os 30 Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) da SMADS.

Prefeitura amplia serviços de saúde em dois anos de enfrentamento à pandemia

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo entrou em pandemia do novo coronavírus, em 11 de março de 2020, o sistema de saúde da capital passou por diversas ampliações para o atendimento à população, o que fortaleceu a rede de forma consistente, um legado permanente para a cidade. De lá para cá, dez novos hospitais municipais foram entregues, mais de 28,6 milhões de vacinas aplicadas e a implementação da telemedicina na rede pública de saúde.

Desde março de 2020, a Prefeitura de São Paulo colocou em funcionamento os hospitais de Parelheiros, Brasilândia, Bela Vista, Capela do Socorro, Guarapiranga, Sorocabana, Santo Amaro, Brigadeiro, Cantareira e Lydia Storópoli (Uninove), que, juntos, somam 1.649 leitos.

Merece destaque ainda no enfrentamento à pandemia a expressiva imunização promovida pelo município. A cidade aplicou até o momento 28,6 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, um feito reconhecido internacionalmente e que levou São Paulo a ser eleita a capital mundial da vacina. Toda a população adulta já está imunizada com duas doses, quase a totalidade dos adolescentes também já completou o ciclo vacinal e mais de 80% das crianças já receberam a primeira dose.

A alta adesão da população à vacinação aliada à queda dos indicadores de casos, internações e óbitos fez com que nesta semana a cidade pudesse avançar com a liberação do uso de máscaras em locais abertos.

Outro ganho importante para a assistência à saúde dos paulistanos nesse período foi a implementação da telemedicina na rede municipal de saúde. Para ampliar o atendimento, a gestão adotou a tecnologia como ferramenta de assistência e criou o e-saúdeSP. O aplicativo, lançado em junho de 2020, oferece, entre outras funcionalidades, teleconsultas.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

BC eleva exigência para funcionamento de fintechs de maior porte

As fintechs (startups do setor financeiro) de maior porte obedecerão a exigências dos bancos tradicionais para prevenir riscos para o funcionamento do sistema financeiro, anunciou na sexta-feira (11), em Brasília, o Banco Central (BC). As normas entrarão em vigor em janeiro de 2023 e serão implementadas gradualmente até janeiro de 2025. Startup é uma empresa inovadora.

Com as novas regras, a qualidade do capital mínimo para entrar em funcionamento das instituições de pagamento, que oferecem serviços como carteira digital, foi aumentada. Os requerimentos de capital são necessários para garantir a segurança financeira da instituição em situação de estresse no mercado, quando o volume de saques aumenta.

A nova regulamentação atinge principalmente instituições de pagamento com forte crescimento nos últimos anos, como Nubank, PagSeguro, PicPay e Stone. De acordo com o BC, a oferta de novos serviços financeiros por essas fintechs, empresas de inovação tecnológica no setor financeiro, tornou necessário o aprimoramento das regras. Isso porque as instituições de pagamento, aos poucos, passaram a criar subsidiárias que exercem atividades semelhantes às dos bancos.

O aperto nas obrigações será proporcional ao tamanho da instituição de pagamento. Empresas de maior porte terão de cumprir mais exigências. As instituições menos complexas terão regras mais simples.

Em relação ao capital mínimo, a exigência da qualidade foi ampliada. Ativos que pouco contribuem para a segurança financeira da instituição em situações de estresse, como créditos tributários (impostos a receber) ou bens intangíveis (que não podem ser vendidos no mercado), não poderão mais entrar no cálculo do capital mínimo.

Para facilitar a entrada de novas fintechs no mercado, o BC ressaltou que as empresas que atuam no ramo de pagamentos e não são vinculadas a instituições financeiras terão regras simplificadas. Segundo o órgão, isso preservará o ingresso de concorrentes que tragam serviços e produtos inovadores ao mercado financeiro.

As instituições de pagamento que entrarem no mercado poderão registrar os ativos intangíveis no capital regulamentar nos 12 primeiros meses de funcionamento, logo após receberem autorização do BC. Nos 12 meses seguintes, só metade desses ativos poderá ser registrada nos requerimentos de capital mínimo.

No caso de grupos que operem instituições financeiras e de pagamentos, a avaliação de riscos e a exigência de capital passará a considerar todo o conglomerado. Nos próximos meses, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovará resoluções para implementar as novas regras. Instituições financeiras com atividades de pagamento, como carteiras digitais, também terão as exigências aumentadas.

O BC também anunciou que pretende apertar as normas para o funcionamento dos cartões de crédito. Até agora, esse segmento é tratado como meio de pagamento. Nos próximos anos, as normas serão ajustadas para dar tratamento híbrido de meio de pagamento e de concessão de crédito às empresas de cartão. (Agencia Brasil)

Inflação oficial do Brasil registra alta de 1,01% no mês de fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou alta de preços de 1,01% em fevereiro deste ano. A taxa é superior às observadas em janeiro deste ano (0,54%) e em fevereiro do ano passado (0,86%). Essa é a maior taxa para um mês de fevereiro desde 2015 (1,25%).

Dados foram divulgados na sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA acumula taxa de inflação de 1,56% nos dois primeiros meses do ano. Em 12 meses, o IPCA acumulado chega a 10,54%.

Em fevereiro, os principais responsáveis pela alta de preços foram educação (5,61%) e alimentação e bebidas (1,28%). No caso da educação, o que pesou foi o fato que os reajustes praticados no início do ano letivo, nos cursos regulares, são incorporados ao IPCA em fevereiro.

"Foi observada uma alta de 6,67% nos cursos regulares, que incluem os cursos de ensino infantil, médio e superior, por exemplo", explicou o coordenador da pesquisa, Pedro Kislanov.

Os reajustes médios foram de 8,06% para o ensino fundamenta, de 7,67% para pré-escola, de 7,53% para o ensino médio, de 5,82% para ensino superior e de 2,79% para pós-graduação.

Já no grupo alimentação, a alta de preços foi puxada por produtos como batata-inglesa (23,49%) e cenoura (55,41%). A alta de preços dos alimentos em fevereiro foi ainda mais intensa do que em janeiro (1,11%).

Os demais grupos de despesas apresentaram as seguintes taxas de inflação: habitação (0,54%), artigos de residência (1,76%), vestuário (0,88%), saúde e cuidados pessoais (0,47%), despesas pessoais (0,64%) e comunicação (0,29%). (Agencia Brasil)

Projeto de cobrança única de ICMS de combustível aguarda sanção

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/20 que prevê a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) uma única vez sobre os combustíveis, inclusive os importados, aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro. O texto, aprovado na madrugada da sexta-feira (11) na Câmara dos Deputados, prevê que a cobrança se dará com base em uma alíquota fixa por volume comercializado e única em todo o país.

Na quinta-feira (10), Bolsonaro disse, durante live semanal nas redes sociais, que pretende sancionar imediatamente a matéria.

"Passa a ser um valor fixo do ICMS, que não é mais um percentual no preço em cima da bomba. Basicamente congela, para valer, o ICMS, que é um imposto estadual, dos combustíveis. Se a Câmara aprovar hoje, da minha parte, não interessa a hora, eu assino a qualquer hora da noite. Ou da madrugada. E publica no Diário Oficial da União", afirmou o presidente.

Reajuste

Antes de ser votado na Câmara, o projeto havia sido aprovado na tarde de quinta-feira pelo Senado. A aprovação da proposta ocorreu em meio a alta no preços dos combustíveis anunciada pela Petrobras.

Com o aumento, o preço médio de venda da gasolina da Petrobras para as distribuidoras passa de R$ 3,25 para R$ 3,86 por litro. Para o diesel, o preço médio de venda da Petrobras para as distribuidoras sobe de R$ 3,61 para R$ 4,51 por litro. No caso do gás liquefeito de petróleo (GLP), o preço médio de venda para as distribuidoras sobe de R$ 3,86 para R$ 4,48 por quilo (kg), equivalente a R$ 58,21 por 13kg, refletindo reajuste médio de R$ 0,62 por kg.

O projeto

Entre outros pontos, o PLP estabelece que o ICMS, um tributo estadual, será cobrado em valor único por litro de combustível. Atualmente, a alíquota do imposto é um percentual cobrado em cima do preço final do litro na bomba, que sofre variações do dólar e do preço internacional, onerando ainda mais o valor final cobrado dos consumidores.

O texto determina que a cobrança do ICMS ocorra sobre o preço na refinaria ou no balcão de importação, quando o combustível vier do exterior. Os novos valores, pela proposta, serão definidos por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne representantes da área econômica de todos estados e do Distrito Federal.

O diesel é o único combustível que adotaria uma regra de transição emergencial. Segundo essa sistemática, enquanto não for adotada a cobrança única – e correspondente unificação de alíquota – do diesel, o valor de referência para estipulação do tributo será a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 meses anteriores a sua fixação.

Além da cobrança única, o projeto também concede isenção do PIS/Pasep e da Cofins em 2022 sobre os combustíveis. (Agencia Brasil)

Confiança de pequenas empresas fica estável em fevereiro

Beneficiada pela melhoria no comércio, a confiança dos donos de micro e pequenas empresas ficou estável em fevereiro. No mês passado, o Índice de Confiança de Micro e Pequenas Empresas (IC-MPE) aumentou 0,4 ponto em relação a janeiro, mantendo-se em torno de 90 pontos, após ter caído 5,1 pontos.

Na subdivisão por setores, a confiança do comércio aumentou 3,9 pontos, caiu 1,4 ponto no de serviços e caiu 2,6 pontos no de indústria de transformação. O IC-MPE é elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O índice de confiança mede a avaliação atual em relação à economia. O Índice de Expectativa das Micro e Pequenas Empresas (IE-MPE) subiu 1,8 ponto, para 93,3 pontos. Em janeiro, o indicador tinha perdido 6 pontos.

O principal fator para o avanço do indicador de expectativa foi a melhora das perspectivas sobre a demanda para os próximos três meses, que subiu 1,2 ponto em fevereiro, após ter caído 9 pontos em janeiro. Para os próximos seis meses, a perspectiva de crescimento da demanda ficou estável, subindo 0,4 ponto.

Segundo o Sebrae, os dados indicam ligeira melhora nas expectativas do comércio no curtíssimo prazo. Para os próximos meses, os micro e pequenos empresários continuam com incertezas, provocadas pela crise internacional, pela evolução da pandemia de covid-19, pelas pressões de custos e pelo calendário eleitoral.

Crédito

O indicador de crédito, que mede as exigências para concessão ou renovação de empréstimos bancários, fechou fevereiro em 96,7 pontos, 5,1 pontos abaixo do registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia de covid-19. Quanto menor o indicador, maior a exigência das instituições financeiras para os pequenos negócios.

Entre os segmentos, o setor de serviços tem mais dificuldades para obter crédito, com o indicador 17,8 pontos inferior ao do período pré-pandemia. Em segundo lugar, vem o comércio, com indicador cerca de 9 pontos abaixo do de fevereiro de 2020. Apenas a indústria de transformação apresenta crescimento e tem menos exigências para a concessão e renovação de crédito, com o indicador 6,2 pontos mais alto que antes da pandemia. (Agencia Brasil)

Inflação para famílias de renda mais baixa sobe para 1% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de compras de famílias com renda de até cinco salários mínimos, registrou inflação de 1% em fevereiro deste ano. A taxa é superior à observada em janeiro (0,67%) e a maior para um mês de fevereiro desde 2015 (1,16%).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa do INPC ficou um pouco abaixo da observada pelo IPCA, que mede a inflação oficial e que registrou variação de 1,01%.

Em 12 meses, o INPC acumula taxa de 10,80%, acima dos 10,54% registrados pelo IPCA.

Em fevereiro, os produtos alimentícios tiveram inflação de 1,25%. Já os não alimentícios tiveram alta de preços de 0,92%. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Biden anuncia novas sanções contra a Rússia

Em pronunciamento no início da tarde de sexta-feira (11), o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou mais sanções econômicas à Rússia.

"Vamos tomar medidas para negar o status de "nação mais favorecida", que significa que dois países concordam em fazer negócios entre eles nos melhores termos possíveis, com menos barreiras e com mais comércio, maior volume de importações. Quando a Rússia perder esse tipo de status, ficará mais difícil fazer negócio com os Estados Unidos e também com outros países que representam a metade da economia global", afirmou Biden.

Segundo o presidente norte-americano, os países do G7 vão aumentar as sanções à Rússia. O G7 é o grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Uma das medidas que poderão ser adotadas pelos Estados Unidos é o banimento das importações de diamantes, vodca e pescados. "E vamos impedir também que a Rússia lidere instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras. Putin é o agressor e precisa ser responsabilizado", disse.

"O G7 também está aumentando a pressão sobre os bilionários corruptos da Rússia, adicionando novos nomes à lista dos oligarcas russos e suas famílias. Estamos aumentando também a coordenação entre países do G7 para pegar os bens dessa gangue. Eles apoiam Putin e roubam o povo russo e tentam esconder seu dinheiro nos nossos países. Essa cleptocracia que existe em Moscou também precisa sentir a dor dessas sanções", afirmou o presidente dos Estados Unidos.

Biden disse ainda que a bolsa de valores russa está fechada há duas semanas, pois os russos sabem que, quando abrir, ela vai colapsar. Afirmou também que o rublo, moeda oficial russa, já perdeu metade do valor.

"Não vamos lutar uma guerra contra a Rússia na Ucrânia. Isso significaria um confronto entre a Otan Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Rússia, que seria a terceira guerra mundial", disse Biden.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, reiteradamente pede aos países do Ocidente que criem espaços de exclusão aérea para que aeronaves de outros países possam entrar no espaço aéreo ucraniano e abater aviões russos. Os líderes da Otan são firmes em negar o pedido de Zelensky por acreditarem que uma participação ativa na guerra causaria um confronto muito mais duradouro e sangrento. (Agencia Brasil)

Rússia acusa EUA de financiarem armas biológicas na Ucrânia

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniu na sexta-feira (11), em uma sessão extraordinária, após pedido da Rússia, para discutir supostas atividades militares dos Estados Unidos (EUA) com armas químicas e biológicas na Ucrânia. Países negam as acusações.

Vasily Nebenzya, embaixador da Rússia na ONU, afirmou no conselho que há 30 laboratórios biológicos experimentais perigosos na Ucrânia para criar patógenos como a cólera e a leptospirose, financiados pelo Ministério da Defesa dos Estados Unidos, com apoio do Ministério da Saúde americano.

Segundo Nebenzya, a Rússia tem documentos que mostram exemplos chocantes de estudos para criar bactérias a partir de aves com letalidade de até 50% em humanos. Disse haver pesquisas também com parasitas e pulgas e que os Estados Unidos não impedem nem controlam o desenvolvimento dessas doenças.

O embaixador russo afirmou também que a Ucrânia é um país central e que há risco de proliferação de muitas doenças, inclusive para a Europa e a Rússia, e do uso de material com objetivos terroristas. "Armas biológicas não têm fronteiras e nenhum país deve se sentir seguro", afirmou.

Ele acusa o Ocidente de cinismo por saber da existência desses laboratórios de armas químicas e biológicas e mesmo assim dizer que está em defesa do povo ucraniano.

Já a embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Linda Thomas-Greenfield, acusou a Rússia de ter, há muito tempo, um programa de armas biológicas, em violação ao direito internacional. "É a Rússia que tem uma história bem documentada de usar armas químicas e que é uma agressão".

Ela disse ainda que os Estados Unidos estão preocupados que o pedido da reunião extraordinária do Conselho seja "um esforço de bandeira falsa para que eles ajam. A Rússia tem um histórico de acusar falsamente outros países de violação daquilo que ela própria faz". Ela demonstrou preocupação, portanto, de que a Rússia esteja se preparando para usar agentes químicos ou biológicos contra o povo ucraniano.

Em uma breve declaração na sexta-feira, o presidente americano, Joe Biden, disse que a Rússia pagaria um preço muito alto se usasse armas químicas.

Há, portanto, uma guerra de versões. Enquanto a Rússia acusa Estados Unidos e Ucrânia de estarem realizando exercícios com armas biológicas, os dois países dizem que, na verdade, quem pretende fazer uso dessas armas é a própria Rússia.

O Conselho de Segurança da ONU é composto por 15 membros, sendo 5 permanentes e 10 não permanentes, que são eleitos para mandatos de dois anos. Os membros permanentes, que têm poder de veto, são: Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China.

Acusação falsa

A troca de acusações trouxe à tona a lembrança da guerra do Iraque quando, em 2003, uma coalizão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos invadiu o país. Uma das principais justificativas seria justamente o uso de armas químicas e de destruição em massa por parte de Saddam Hussein. Meses depois, os Estados Unidos reconheceram que o Iraque não tinha tais armas. O conflito durou oito anos e não trouxe estabilidade para o país. (Agencia Brasil)

Senado instala comissão para modernizar a Lei do Impeachment

Mais de 2,2 milhões já entregaram declaração do IR

Apesar de entraves no site no primeiro dia, o número de contribuintes que acertaram as contas com o Leão aumentou na primeira semana de entrega de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 16h de sexta-feira (11), 2.289.606 declarações foram enviadas.

O número representa crescimento de 13,3% em relação ao registrado na primeira semana de entrega no ano passado. Neste ano, o Fisco espera receber 34,1 milhões de declarações, volume semelhante ao enviado em 2021.

O prazo de entrega começou na segunda-feira (7) e irá até as 23h59min59s de 29 de abril. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Neste ano, a declaração terá prazo mais curto, de 7 de março a 29 de abril. Por causa da operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal, o programa gerador da declaração não pôde ser baixado no fim de fevereiro, como tradicionalmente ocorre. A declaração, no entanto, traz novidades tecnológicas.

A principal inovação será o recebimento da restituição (ou o pagamento do imposto) por meio de Pix. O sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central já estava disponível para outras obrigações tributárias, como pagamento de impostos por pessoas jurídicas e por micro e pequenas empresas do Simples Nacional. O recurso agora chega às pessoas físicas. (Agencia Brasil)

O Senado instalou na sexta-feira (11) a comissão de juristas para atualizar e modernizar a Lei do Impeachment, de 1950. A norma define os crimes de responsabilidade e regula o processo de julgamento de autoridades que incorrerem nessas práticas.

Funcionamento

A comissão terá 180 dias para apresentar um estudo e um anteprojeto sobre o tema. Depois de subscrito por um ou mais parlamentares, o texto passa a tramitar como um projeto de lei e, se aprovado pelo plenário do Senado, seguirá para análise da Câmara dos Deputados. Após vencidas essas etapas, a proposta segue para sanção do presidente da República.

Sob a presidência do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que em 2016 presidiu a sessão que resultou no impeachment de Dilma Rousseff (PT), integram o colegiado 11 juristas. O grupo não receberá remuneração, mas os gastos com logística gerada durante o funcionamento da comissão serão custeados pelo Senado.

"Isso é muito importante para o país, uma modernização de uma lei fundamental para os dias de hoje, para que se possa ter a melhor disciplina possível em relação a um instituto que foi recentemente usado por mais de uma vez no Brasil e que, obviamente, precisa estar adequado sobretudo à Constituição de 1988, que veio bem depois da sua edição na década de 50", disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

De acordo com a justificativa do ato que cria a comissão, editado pelo presidente do Senado, a Lei do Impeachment, parcialmente recepcionada pela Constituição Federal de 1988, está defasada. "Considerando que os problemas da Lei nº 1.079/50, elaborada ainda na vigência da Carta de 1946, já foram apontados em diversas ocasiões pela doutrina e jurisprudência como fonte de instabilidade institucional, demandando assim sua completa revisão", ressalta o documento.

No entendimento do ministro Ricardo Lewandowski, o descompasso da norma com a chamada Constituição Cidadã, de 1988, está explícito especialmente no que diz respeito ao devido processo legal, ao direito à ampla defesa e ao contraditório do acusado. Para o ministro, a razoável duração do processo também é um ponto a ser considerado pela comissão.

Ao lembrar a experiência de ter presidido a etapa do Senado do processo que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o ministro lembrou que por ser uma norma "pobre", no que diz respeito a procedimentos, naquele caso precisou reunir os líderes da Casa para fazer um procedimento "ad hoc", ou seja, próprio para aquele momento. À época, destacou o ministro, a conduta teve como base parte dos regimentos do Senado e da Câmara dos Deputados, os precedentes do Supremo Tribunal Federal, preceitos do Tribunal do Júri, previstos no Código de Processo Penal e a experiência do processo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

MTO Laterza Boituva SPE Ltda. - CNPJ/ME: 28.596.198/0001-37 - NIRE: 35.235.076.669

Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Convidamos os Srs. sócios da **MTO Laterza Boituva SPE Ltda.** ("**Sociedade**") para se reunirem no dia 21.03.2022, às 8 horas (1ª convocação) ou, sequencialmente, às 10 horas do mesmo dia (2ª convocação), na Rua Cardoso de Melo, nº 1308, conjunto 71, Vila Olimpia, CEP 04548-004, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: (I) tratamento e consequente transferência de cotas da Sociedade em razão da remissão de sócio. São Paulo, 11.03.2022. **MTO Laterza Boituva SPE Ltda.**

MTO Laterza Boituva SPE Ltda. - CNPJ/ME: 28.596.198/0001-37 - NIRE: 35.235.076.669

Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Convidamos os Srs. sócios da **MTO Laterza Boituva SPE Ltda.** ("**Sociedade**") para se reunirem no dia 22.03.2022, às 8 horas (1ª convocação) ou, sequencialmente, às 10 horas do mesmo dia (2ª convocação), na Rua Cardoso de Melo, nº 1308, conjunto 71, Vila Olimpia, CEP 04548-004, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: (i) alteração do endereço da sede da Sociedade; e (ii) alteração da administração da Sociedade. São Paulo, 12.03.2022. **MTO Laterza Boituva SPE Ltda.**

6ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP 9º Ofício Cível. Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº: 1080027-27.2018.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Thiago Cantamessa Damazio (CPF: 342.617.038-82), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 136.343,63 (setembro de 2021), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças nº 359437400. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 204.37. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022. 11 e 12 / 03 / 2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0001088-85.2022.8.26.0004. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Leudianey Xavier Lima e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0001088-85.2022.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sani Pereira Quinzani, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Leudianey Xavier Lima (CPF: 029.771.286-11) e Maurino Xavier Lima (CPF: 756.410.466-04), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 45.941,49 (novembro de 2021). Estando as executadas em lugar ignorado, fic deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Na inércia será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2022. 11 e 12 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 0006235-61.2020.8.26.0008 Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata Requerente: Ótima Alimentos Básicos Ltda. Requerido: SULAMITA VIGNOLI SILVA e outro EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006235-61.2020.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a SULAMITA VIGNOLI SILVA, CPF nº 716.832.402-20, que Ótima Alimentos Básicos Ltda, lhe ajuizou uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica da empresa Gold Premium Aços Metais e Serviços Ltda. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, manifeste-se e requeira as provas cabíveis nos termos do artigo 135 do CPC. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 3 de março de 2022. 11 e 12/03

2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana-SP EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0616893-39.2008.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). CINTHIA ELIAS DE ALMEIDA, na forma da Lei, etc. Faz saber ao executado Rivamar Colucci de Sá, CPF:089.901.938-26, que nos autos da ação Monitória em fase de cumprimento de sentença, requerida por Financeira Alfa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, na qual procedeu-se a penhora sobre os valores de R$ 440,83 (fls.202 dos autos) e R$ 20.150,05 (fls.222/225 dos autos). Estando o executado em lugar ignorado, foi determinada a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, o ofereça impugnação, sob pena de prosseguir o feito em seus ulteriores termos. Em caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo-SP. J- 11 e 12/03

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 0005285-45.2021.8.26.0002 Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Indenização por Dano Material Exeqüente: Danilo Rocha de Oliveira e outro Executado: Gustavo Santos do Nascimento Cruz e outro EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005285-45.2021.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Marian Najar Abdo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a GUSTAVO SANTOS DO NASCIMENTO CRUZ (CPF/MF nº 378.866.548-68) que DANILO ROCHA DE OLIVEIRA e SILVIA CRISTINA RAMOS, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer, objetivando que seja julgada procedente a presente desconsideração da personalidade jurídica da empresa GS do NASCIMENTO CRUZ MODULADOS – ME. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022. 11 e 12/03

EDITAL USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-Ada Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉRODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 488.044,em15/07/2021,o Requerimento feito por JULIANA MILANO, brasileira, solteira, maior, estudante, RG nº 52.622.419-8-SSP/SP, CPF/MF nº 410.614.158-21; e, MARIANA MILANO, brasileira, solteira, maior, estudante, RG nº 52.537.519-3-SSP/SP, CPF/MF nº 410.614.148-50, residentes e domiciliadas na Cidade de Jundiaí, deste Estado, na Avenida Benedicto Castilho de Andrade nº 1007, Torre 4, apto. 32 Parque Eloy Chaves, CEP: 13212-070, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL do APARTAMENTO nº 24, localizado no 2º andar ou 3º pavimento do Edifício são Rafael, situado na Rua Palestra Itália nº 97, no 19º Subdistrito – Perdizes, objeto da transcrição nº 61.074, datada de 22/10/1969,do Distrito, Município, Comarca e Estado de São Paulo, Capital. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste atrigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado", fica ele por este Edital INTIMADO da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral,de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada,a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância,expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo.São Paulo,04 de março de 2022.O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva). 12 e 28/03/22

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com o que dispõe os art.22 – parágrafo 1º, art.23paragrafo Item "F", art.24 – paragrafo 1º e 2º, art.29, art.35 itens "A","F", art.11,12e 13linieas "A" e "B", convoco a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA da Associação Evangélica Beneficente – CNPJ 61.705.877/0001-72,a realizar-se através da PLATAFORMAZOOM MEETING, no dia 28 de Marçode 2022, às 17h e em segunda convocação 01(uma) hora depois, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:a)** Aprovação das contas da Diretoria Executiva referente o exercício de 2021; **b)** Nomeação da Comissão de Exames de Contas; **c)** Admissão, exclusão e desligamento de associados; **d)** Outros assuntos. São Paulo, 11 de março de 2022. EDEMAR DE SOUSAAMORIM - PRESIDENTE.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1006934-16.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Instituto Presbiteriano Mackenzie. Requerido: Livia Ferreira Nobrega. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006934-16.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MONICA DI STASI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LÍVIA FERREIRA NOBREGA, Advogada, RG 52.287.227-5, CPF 425.196.688-08, Nascido/Nascida 18/06/1993, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Instituto Presbiteriano Mackenzie, para cobrança da quantia de R$ 16.045,18 (janeiro de 2021), decorrente do contrato de prestação de serviço educacional. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de janeiro de 2022. 12 e 15 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1014268-60.2019.8.26.0007. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Desdobramentos de Ensino. Requerente: SÃO CAETANO DO SUL - UNIV. MUN. DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS. Requerido: Geisa Santos da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014268-60.2019.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Suell Juarez Alonso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GEISA SANTOS DA SILVA, Brasileira, RG 42019926, CPF 414.435.468-79, com endereço à Rua Evaristo de Lima, 44, Parque das Flores, CEP 08391-579, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de SÃO CAETANO DO SUL - UNIV. MUN. DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS, alegando em síntese: ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 10.172,66 (outubro de 2021), decorrente do contrato de prestação de serviço de educação e ensino (curso de psicologia). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de fevereiro de 2022. 11 e 12 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0019723-05.2019.8.26.0005. Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata. Requerente: Fragata Auto Posto Ltda. Executado: Adnair Xavier Teixeira Filho. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0019723-05.2019.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Tristhan José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ADNAIR XAVIER TEIXEIRA FILHO, RG 10962930X, CPF 011.903.478-65, que lhe foi proposta uma ação de Incidente De Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Fragata Auto Posto Ltda, alegando em síntese: Em conformidade com os artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil, em desfavor da empresa executada. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, quanto ao requerimento de inclusão no polo passivo do feito, nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2022. 11 e 12 / 03 / 2022

O-TEK TUBOS BRASIL LTDA.

CNPJ/MF nº 02.865.153/0001-27

Reunião de Sócios – Edital de Convocação

Na qualidade de administrador da **O-TEK TUBOS BRASIL LTDA.** ("Sociedade"), convoco os Srs. Sócios a participarem da Reunião de Sócios da Sociedade, a ser realizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rodovia Estadual SP 191, Km 86,7, CEP 13537-000, no dia 21 de março de 2022, às 11 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Aprovação das contas do Administrador e balanço patrimonial e de resultado econômico da sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Alteração do endereço da sede da Sociedade; **3.** Alteração do objeto social da Sociedade; **4.** Exclusão, com fulcro no artigo 1.085 do Código Civil e conforme previsto no parágrafo único da cláusula 20ª do contrato social da Sociedade, dos sócios BRASILINK ESTABLISHMENT e G-TEC INVESTMENT CORPORATION LTD, com a destinação da respectiva participação societária. **5.** Alteração e consolidação do Contrato Social, refletindo as matérias acima deliberadas, adaptando o contrato social Sociedade à condição de sociedade unipessoal. A Reunião de Sócios se instalará em primeira convocação com a presença de sócios que representem ¾, no mínimo, do capital social. Solicitamos que os eventuais representantes legais dos sócios apresentem, na ocasião, procuração com poderes para comparecer e votar todas as matérias da Ordem do Dia.

Ipeúna (SP), 10 de março de 2022.

Fabrício de Paula Candido - Administrador

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 1100165-94.2016.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel. Exequente: João Miguel Ferreira Jarra. Executado: Alcides Baptista e outros. Exequente: João Miguel Ferreira Jarra. EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1100165-94.2016.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ALCIDES BAPTISTA, RG 9558062, CPF 000.777.248-87, que por este Juízo, tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Joao Miguel Ferreira Jarra, na qual procedeu-se à PENHORA sobre os direitos que o executado detém sobre a fração ideal de 0,3128% do terreno, conforme R.206.022, imóvel objeto da matrícula nº 6.022, 1º Ofício de justiça com Anexos de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos da Comarca de Itu/sp - São Paulo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022. 11 e 12 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1004822-84.2020.8.26.0302 Classe: Assunto: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/ Requerido: Anderson Cardoso de Oliveira EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1004822-84.2020.8.26.0302 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Jaú, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Maria Castro Ribeiro Bressan, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANDERSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, RG 45867321, CPF 356.936.178-07, com endereço à rUA ANTONIO cALANDRIM, 80, casa fundo, Jardim Santa Catarina, CEP 17320-000, Mineiros do Tiete - SP, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jaú, aos 24 de fevereiro de 2022. 11 e 12/03

Citação. Prazo 20 dias. Proc.nº 0236086-77.2009.8.26.0002. O Dr. Fabricio Stendard, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, na forma da lei, etc. Faz saber a Beatriz Raimha da Silva, CPF 251.263.578-32 e Daniel Alves Bezerra, CPF 118.682.428-03 que, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, lhes ajuizou ação de Ordinária Consignação Comum, objetivando a Rescisão de Contrato Cumulada com Reintegração de Posse do imóvel situado à Av. Um, NR.S/N - P.36 - B/B - AP.348, Parque Santo Antonio, Conjunto Habitacional SP (Campo Limpo A4), São Paulo-SP, CEP 05846-380, alegando que se tratou de desapropriam o contrato entabulado entre as partes, sob o fundamento de inadimplência financeira e ocupação irregular do imóvel. A autora requereu a rescisão do contrato e a consequente reintegração de posse. Estando os réus em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, contestem o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei.

V D CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ.: 78.297.710/0001-12

BALANÇO PATRIMONIAL

	2021	2020
ATIVO	**3.635.422,72**	**6.219.701,75**
ATIVO CIRCULANTE	**3.129.377,58**	**5.713.656,41**
DISPONÍVEL	1.067.409,88	3.651.688,91
CAIXA	52.178,44	103.799,46
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1,00	1,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.015.230,44	3.547.888,45
IMOVEIS A COMERCIALIZAR	2.061.967,50	2.061.967,50
IMOVEIS E TERRENOS DEST.VENDA	2.061.967,50	2.061.967,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**506.045,34**	**506.045,34**
ATIVO IMOBILIZADO	516.715,49	516.715,49
VEICULOS	484.376,20	484.376,20
MAQUINAS DE ESCRITORIO	12.781,62	12.781,62
INSTALACOES TELEFONICAS	5.069,57	5.069,57
MOVEIS E UTENSILIOS	14.488,10	14.488,10
ATIVO INTANGIVEL	223,56	223,56
MARCAS E PATENTES	223,56	223,56
(-)DEPRECIAÇÕES E AMORTIZACOES	(10.893,71)	(10.893,71)
(-)DEPRECIACOES	(10.893,71)	(10.893,71)
TOTAL DO ATIVO	3.635.422,72	6.219.701,75

	2021	2020
PASSIVO	**3.635.422,72**	**6.219.701,75**
PASSIVO CIRCULANTE	**84.015,10**	**53.117,83**
OBRIGACOES EXIG.ATE EXERC.SEG.	84.015,10	53.117,83
OBRIGACOES SOCIAIS	62,00	62,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.719,98	6.691,36
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	77.233,12	46.364,47
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**0,00**	**2.081.600,00**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	2.081.600,00
EMPRESTIMO DE SOCIOS	0,00	2.081.600,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.551.407,62**	**4.084.983,92**
CAPITAL SOCIAL	2.470.484,13	2.470.484,13
CAPITAL SOCIAL	2.470.484,13	2.470.484,13
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.080.923,49	1.614.499,79
LUCROS ACUMULADOS	1.080.923,49	1.614.499,79
TOTAL DO PASSIVO	3.635.422,72	6.219.701,75

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2021, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importancia de R$ 3.635.422,72 (três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), e em 31/12/2020, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 6.219.701,75 (seis milhões, duzentos e dezenove mil, setecentos e um reais e setenta e cinco centavos).

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	2021	2020
Saldo inicial de lucros acumulados	1.614.499,79	719.051,76
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Saldo ajustado	1.614.499,79	719.051,76
Reversão de reservas	0,00	0,00
Lucro líquido do exercício	1.626.423,70	1.347.248,03
Destinação do lucro	2.160.000,00	451.800,00
Lucros distribuídos	2.160.000,00	451.800,00
Saldo final de lucros acumulados	1.080.923,49	1.614.499,79
Dividendos por ação do capital social	0,00	0,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021 E 2020

1. Contexto Operacional -A empresa é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como principal operação a administração de bens imóveis. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008 e o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resolução CFC nº 1.255/2009. Conforme item 3.18 das Normas Contábeis PME, a empresa apresenta neste exercício somente a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados no lugar da Demonstração do Resultado Abrangente e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis** - (a) Conversão de Operações em Moeda Estrangeira e Moeda Funcional - Os direitos e obrigações monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. As receitas de vendas, custo e despesas denominadas em moedas estrangeiras são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de suas ocorrências. A moeda funcional da empresa é o Real (R$). (b) Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos pelo valor histórico e registrados em investimentos a curto prazo. (c) Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. (d) Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. (e) Imóveis a comercializar - São avaliados ao custo de construção ou aquisição, os quais são inferiores ao valor de mercado. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos (numerário ou permuta), materiais, mão-de-obra aplicada, encargos financeiros com financiamento de obra e despesas com incorporação. (f) Imobilizado e Intangível - O imobilizado e o intangível estão registrado pelo custo de aquisição ou bens adquiridos no Brasil acrescidos das atualizações monetárias até 1995) e não incluem os encargos financeiros incorridos. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas. (g) Arrendamento Mercantil - Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como leasing financeiro. Os encargos financeiros dos arrendamentos são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. (h) Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. (i) Impostos - Os impostos foram calculados pelo regime de competência e tributados no Lucro Presumido. Os impostos a recuperar, quando ocorreram, foram reconhecidos em contas do Ativo e os impostos a recolher foram reconhecidos em contas de Passivo e Resultado. Da confrontação entre os impostos a recuperar e a recolher ficaram demonstrados os saldos líquidos a crédito ou débito. (j) Receitas e Despesas - A empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Conta	Descrição	2021	2020
	OPERACIONAIS	(684.025,52)	788.005,34
1.01	Entradas	1.997.182,82	1.685.110,64
1.01.001	(+) Receitas	1.997.182,82	1.685.110,64
1.01.005	(+) Juros recebidos	0,00	0,00
1.01.010	(+) Outras receitas	0,00	0,00
1.02	Saídas	(2.681.208,34)	(897.105,30)
1.02.001	(-) Fornecedores	0,00	0,00
1.02.005	(-) Empregados	(372,00)	(341,00)
1.02.010	(-) Tributos	(306.402,60)	(295.979,10)
1.02.015	(-)

PEAC Imóveis S.A.

CNPJ: 51.748.267/0001-09 - NIRE: 35.300.407254

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2021 e 31/12/2020 *(Expresso em Milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial	2021	2020	Balanço Patrimonial	2021	2020
Ativo/Circulante	**2.581.660**	**2.447.111**	**Passivo/Circulante**	**155.930**	**128.477**
Caixa e Equivalentes	1.127.758	993.144	Obrigações Tributárias	91.442	66.220
Estoque de Imóveis	1.451.909	1.451.909	Obrigações Trabalhistas	39.785	37.011
Direitos a Receber	-	-	Outras Obrigações	24.702	25.246
Despesas Antecipadas	1.994	2.058	**Patrimônio Líquido**	**2.425.731**	**2.325.300**
Não Circulante	-	**6.666**	Capital Social	1.730.000	1.730.000
Bens em Operação	100.000	100.000	Reserva de Lucros	695.731	595.300
(-) Depreciação Acumulada	(100.000)	(93.334)	Reserva Investimento	-	-
Total	**2.581.660**	**2.453.777**	**Total**	**2.581.660**	**2.453.777**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Reserva Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**1.730.000**	**645.958**	-	-	**2.375.958**
Ajuste de exercício anterior	-	-	129	-	**129**
Resultado líquido do exercício	-	-	1.529.213	-	**1.529.213**
Reserva Retenção de Lucros	-	-	-	-	-
Lucros Distribuídos	-	(50.658)	(1.529.342)	-	**(1.580.000)**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.730.000**	**595.300**	-	-	**2.325.300**
Resultado líquido do exercício	-	-	1.800.431	-	**1.800.431**
Reserva de Lucros	-	100.431	-	-	**100.431**
Destinação do Resultado do Exercício	-	-	(100.431)	-	**(100.431)**
Lucros Distribuídos	-	-	(1.700.000)	-	**(1.700.000)**
Em 31 de dezembro de 2021	**1.730.000**	**695.731**	-	-	**2.425.731**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: 1- Contexto Operacional - A empresa foi constituída sob a forma de sociedade por ações e tem como atividade administração e locação de imóveis próprios; compra e venda de imóveis; e participação em outras sociedades como acionista. **2- Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras** a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as disposições contidas na legislação societária vigente no Brasil; b) Os resultados foram contabilizados pelo regime de competência; c) As provisões foram constituídas nos termos das determinações legais; d) O Capital Social está representado por 1.730.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Diretoria: Paulo Cezar Derenne Borges **Contador:** Eduardo Cavalcante - CRC 1-SP-214257/O-S

FRAZÃO Leilões Presencial e Online **LEILÃO** 30/03/2022 4ª feira – às 11h00 Itaú

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão! IPTU 2022 quitado.

15 IMÓVEIS ✓CASAS ✓APARTAMENTOS ✓SALA COMERCIAL

LOTE 01 - PORTO ALEGRE/RS - Menino Deus – Casa - Rua Barão de Tefé, 300 - Terreno: 260m². Área Construída: 168,00m². Lance Mínimo R$ 364.400,00 * **LOTE 02 - GOIÂNIA/GO -** Vila Monticelli – Casa - Rua 230, 380, Quadra III, Lote. 14. Terreno: 420m². Área Construída: 121,34m². Lance Mínimo R$ 153.600,00 * **LOTE 03 - SALVADOR/BA -** Brotas – Apto com 2 Vagas (nºs. 21 e 22) - Rua Doutor Filinto Borja, 120, Apto. 1804, Edifício Villa Floresta. Área privativa: 79,82m². Área Total: 107,31m². Lance Mínimo R$ 468.600,00 * **LOTE 004 - PRAIA GRANDE/SP** – Vila Caiçara – Apto. com 1 Vaga – Av. Nossa Sra. de Fátima, 100, Apto. 101, Fontana Trevi Residence. Área privativa 202,62m². Área total: 259,50m². Lance Mínimo R$ 1.003.500,00 * **LOTE 05 - RIO DE JANEIRO/RJ** – Tijuca/Engenho Velho – Apto. – Rua Conde de Bonfim, 560, Apto. 202, Edifício Toronto. Área privativa: 123m². Lance Mínimo R$ 562.100,00 * **LOTE 06 - SÃO PAULO/SP** – Casa Verde – Sala com 01 Vaga - Rua Doutor Mello Nogueira, 105, Sala 221, Cond. Edifício Braz Leme Offices. Área privativa: 40,60m². Área total: 74,92m². Lance Mínimo R$ 221.500,00 * **LOTE 07 - Avenida Volta Redonda/RJ –** Conj. Habitacional Volta Grande II - Santo Agostinho - Casa - Rua 1038, nº 6, Quadra G, Lote 4. Área privativa: 146,40m². Lance Mínimo: R$ 151.000,00 * **LOTE 08 - PRAIA GRANDE/SP** – Canto do Forte – Apartamento com 1 Vaga – Av. Presidente Castelo Branco 340, apt. 319. Ed. Verde Mar. Área útil: 38,25m². Área total: 46,87m². Lance Mínimo R$ 82.400,00 * **LOTE 09 - BAURU/SP** – Jd. Petrópolis – Casa - Rua Dr. Artur de Carvalho, 4-86, Quadra 2-A, Lote 12. Terreno: 300m². Área construída: 152,90m². Lance Mínimo R$ 166.500,00 * **LOTE 10 - MACEIÓ/AL** – Jatiuca – Apto com 2 Vagas - Rua Mal. Antônio Guedes Muniz, 47, Apto. 404. Lotes 10/11, Quadra 10, Edifício Aruba. Área privativa: 79,12m². Área total: 152,53m². Lance Mínimo R$ 233.600,00 * **LOTE 11 - CIDADE OCIDENTAL/GO** - Parque Aeguari I - Casa - Rua Salvador, Quadra 45, Lote 25. Terreno: 360m². Área construída: 61,41m². Lance Mínimo: R$ 48.700,00 * **LOTE 12 - RIO DE JANEIRO/RJ** - Marechal Hermes - Apartamento - Rua Coronel Laurêncio Lago, 130, Apto 201. Área privativa: 150m². Lance Mínimo: R$ 190.200,00 * **LOTE 13 - SÃO PAULO/SP** – Jd. Ampliação/Morumbi - Apto. com 02 Vagas - Rua Antônio Aggio, 197, Apto. 41, Edifício Richard Wagner. Área privativa: 117,76m². Área Total: 210,88m². Lance Mínimo: R$ 407.900,00 * **LOTE 14 - MARIPORÁ/SP** - Terra Preta – Casa – Rua Clarice Pereira de Souza, 315, antes nº 50, Lote 16, da Quadra "Q". Área Construída: 68,91m². Terreno: 167,95m². Lance mínimo: R$ 246.200,00 * **LOTE 15 - OSASCO/SP** - Vila Santo Antonio - Casa com 5 Vagas – Rua Boa Vista, 84, Casa N.º 4, Top 1B, Cond. Residencial Boa Vista, Gleba C, Moinho Velho. Área Privativa: 175,08M². Terreno: 250,04m². Lance Mínimo: R$ 871.400,00 *

À vista ou **À prazo:** até 8X com sinal de 20% e sem juros; até 24X com sinal de 25% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM; até 78X com sinal de 30% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM. Leia o Edital no site da leiloeira.

Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11-3550-4066 | 11-97179-0728 – FrazaoLeiloes.com.br

GRANDIOOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.

Ata de Assembleia Geral de Constituição (em fase de organização)

1. Data, hora e local: Aos 10/08/2021, às 14:00 horas, na sede da Companhia, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - Conjunto 72 - Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo. 2. Presença: A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia, conforme assinaturas qualificadas nos Boletins de Subscrição, que constituem o anexo I" 01 desta Assembleia de Constituição, a saber: Ricardo Duarte e Natali Oliveira Duarte. 3. Mesa: Presidente: Marcelo Duarte. Secretária: Natali Oliveira Duarte 4. Convocação: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. Deliberações: 5.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Grandioos Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, com sede e foro na Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - conj. 72 - Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01309-030. 5.2. Aprovar o capital social inicial de R$ 1.800,00, representado por 1.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% tendo sido constatada a realização em dinheiro de R$ 180,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos Artigos 80, III e 81 da Lei n.º 6404/76, todo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o anexo I". 01 desta Assembleia de Constituição. 5.3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, na redação consolidada constante o anexo "II" que acompanha o presente ato, também de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o anexo I" 01 desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Grandioos Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 5.4. Eleger o **Marcelo Duarte**, RG nº 06.584.388-2 IFP/RJ e CPF/MF nº 688.187.187-20, residente na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - Conjunto 72 - Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01309-030, portador do Cartão de Identificação de Acionista nº 382.364.308-45 SSP/SP e CPF/MF nº 382.364.308-45, como membro efetivo e recomendado na Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 5.5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até **R$ 6.000,00**, 5.6. Autorizar a lavratura da ata e sua publicação sem a assinatura dos acionistas, nos termos do Artigo 130, nº 130, do §1º da Lei nº 6404/76. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. Acionistas: Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 10 de agosto de 2021. Marcelo Duarte - Presidente. Natali Oliveira Duarte - Secretária. Visto do Advogado: Antonio Marcos Iaia JR - OAB/SP. 274264. **Anexo II - Estatuto Social: Grandioos Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo De Duração Objeto.** Artigo 1º - A companhia **Grandioos Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos de comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto (i) empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis; (b) a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - Conjunto 72 - Consolação, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01309-030, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - A Companhia iniciará suas atividades em 10/08/2021 e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo - II Do Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O Capital Social inicial, totalmente subscrito e integralizado foram de R$ 1.800,00, dividido em 1.800 ações nominativas, sem valor nominal. §1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o §3º do Artigo 35 da lei 6.404/76. §2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. §3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. §3º parágrafo 1º - O desdobramento das ações poderá ser feito por simples deliberação da Diretoria, exceto no previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no Artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §5º - A alteração deste Estatuto Social que se refira a criação ou aumento de espécie de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. §6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. §Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos inerentes. Artigo 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de remuneração pelos serviços de escrituração das ações nominativas e/ou escriturais será de responsabilidade do acionista que requer a emissão de certificados de ações, a ser apurado de acordo com o valor econômico de tais serviços, a ser apurado de acordo com o previsto na legislação aplicável e/ou a critério da Diretoria. Artigo 8º - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, na proporção de seus respectivos direitos, ressalvado o disposto neste Estatuto. §1º - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. §2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reelegíveis serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensados quaisquer outras formalidades. §3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no §2º do Artigo 5º deste Estatuto. §4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. §5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. §6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 10 - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. §1º - Além das demais atribuições subsidiárias a sua atribuição por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: I) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; V) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e organizmos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixaram em Assembleia Geral, se for o caso. §2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita de qualquer um dos Diretores, com antecedência mínima de 03 dias, exceto se a convocação e ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. §3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 02 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. §4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. §5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 11 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 12 - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por um dos Diretores eleitos, isoladamente, ou através de mandato outorgado especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no §1º deste Artigo. §1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por um dos Diretores eleitos, isoladamente, devendo especificar os poderes conceduídos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. §2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o mandato isolado de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo - IV Assembleia Geral**: Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. §1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2(Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, ou por designação de um mais secretários. §2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. §3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do §1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo - V Conselho Fiscal**: Artigo 14 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando a pedido dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. §1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que o eleger. §2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo - VI Exercício Social e Lucros:** Artigo 15 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras exigidas por lei, e, observadas as normas emanadas pelo órgão competente, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 16 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na conta destinada a reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Deste saldo, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. §1º - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da lei n.º 6404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos do capital, ou a criação de novos ativos empresariais. §2º - O saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que lhe for atribuído pela Assembleia Geral. Artigo 17 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 18 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta disso, observadas as limitações previstas em lei. §1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, incluída a conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o §1º do Artigo 16. §2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos e dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. §3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como parte do dividendo obrigatório. **Capítulo - VII - Liquidação**: Artigo 19 - A Companhia entrará em liquidação por determinação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. §1º - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. §2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período de liquidação. Acionistas: Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 10 de agosto de 2021. Marcelo Duarte. Natali Oliveira Duarte. Visto do Advogado: Antonio Marcos Iaia JR - OAB/SB: 274264.

BERG-STEEL S.A
FÁBRICA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS

C.N.P.J. Nº 44.209.294/0001-31 - NIRE Nº 353.000.27132

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os acionistas da Berg-Steel S/A Fábrica Brasileira de Ferramentas, sediada na rua Princesa Izabel, nº 71, na cidade de Araras/SP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 11/04/2022, às 09 horas, a fim de deliberarem sobre **(i)** exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(ii)** destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(iii)** definição da remuneração global dos administradores da Companhia; **(iv)** deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal e remuneração global dos seus membros. Esta Assembleia Geral ordinária será realizada de forma digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14.04.2020. Desse modo, os acionistas participarão da reunião à distância por meio **(a)** do preenchimento e envio à Companhia do boletim de voto à distância; ou **(b)** do acesso à plataforma Google Meet, através do link https://meet.google.com/ssm-ywxf-ouv, na data e hora acima mencionadas. O modelo de boletim de voto à distância e a respectiva senha de acesso à plataforma utilizada para esta assembleia serão enviados aos acionistas, na data da publicação deste Edital, por meio de correspondência com aviso de recebimento. Edito à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as cópias dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. Talitha Baggio Chiarotti - Presidente do Conselho de Administração. (11,12,15)

Geneseas Holding S.A.

CNPJ: 12.022.940/0001-60 - NIRE: 35.300.379.292

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Conselho de Administração da **Geneseas Holding S.A.** ("Companhia") convida os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada às 15 horas do dia 21 de março de 2022, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855, 1º andar, conjunto 12, sala C, Vila Olímpia, CEP 04548-005, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Ratificar a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **(ii)** Ratificar a aprovação da destinação do lucro líquido apurado no exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2020 bem como ratificar distribuição de dividendos, se for o caso; **(iii)** Alteração do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social; **(iv)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(v)** Renúncia da Sra. Elaine Schulze Alfredo ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** Eleição do Sr. Agustin Horacio Blanco Ziegleao ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(vii)** Reeleição dos Srs. Sebastian Marcos Popik, Jorge Luis Ahumada, Tito Livio Capobianco Júnior e José Augusto Ribeiro aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(viii)** Ratificação e composição do Conselho de Administração da Companhia; e **(ix)** Autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações acima. **Informações Gerais:** Todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas conforme ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Poderão participar da Assembleia os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores mediante apresentação de instrumento de mandato, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Conselho de Administração

Madeira Energia S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em **primeira convocação**, no dia **28 de março de 2022, às 17:00 horas, de forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º - A, da Lei Federal nº 6.404/76 e da Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI Nº 81"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: (i) eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) instrução de voto da Companhia na condição de acionista da Santo Antônio Energia S.A. ("SAE"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de aprovar a matéria constante do item (i) acima. **Instruções Gerais**: Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website www.santoantonioenergia.com.br/age-marco2022-madeiraenergia, onde também estão disponíveis os boletins de voto à distância para esta Assembleia Geral. A Companhia remeterá cópia dos documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão participar pessoalmente ou por meio de representante no sistema eletrônico de participação e voto à distância disponibilizado pela Companhia. Os acionistas que optarem pelo voto à distância por meio do uso do boletim de voto à distância deverão devolvê-lo à Companhia, por meio de *e-mail* encaminhado ao endereço eletrônico indicado abaixo, no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral. Em caso de participação por meio de representante, os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos **instrumentos de mandato**, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleia Geral Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico ri@madeira-mesa.com.br, santoantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII da IN DREI Nº 81 a respeito das sociedades anônimas. São Paulo, 11 de março de 2022.

Solange Mendes Geraldo Ragazi David - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo 20 dias. Proc. 1023674-59.2014.8.26.0564. O(A) Doutor(a) Rodrigo Faccio da Silveira, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro de Osasco, Estado de São Paulo, FAZ SABER a(s)(o)(s), réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que MARIA TERESA PESTANADE SOUZA E OUTROS, Ajuizou(ajuizaram) uma AÇÃO DE USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel descrito como: lote 12, da Vila Brasília, São Bernardo do Campo/SP, com área urbana total de de 316,72 m², consistente em um terreno intramuros, com frentes para a Rua Elza nº 120 e Rua João Luiz Bonini, nº 113, antigo nº 66, Jardim Batistin, São Bernardo do Campo/SP, que é parte da maior área, com matrícula nº 13.888 do 14º CRI de São Paulo/SP, o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo/SP, sob o contribuinte nº 1.001.085.011.000-21. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias supra, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, os mesmos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 14 e 15/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000648-38.2018.8.26.0355 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Mirassol, Estado de São Paulo, D(a). LEONARDO PINHEIRO DA SILVA, na forma da Lei, FAZ SABER a(o) ITALO RICARDO DA SILVA ANHEL ME, CNPJ 16.865.472/0001-01, com endereço à Praça da Bandeira, 138, centro, CEP 15850-000, Miracatu - SP, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA, alegando em síntese: Em 14/ 10/ 2015 , as partes celebraram Contrato de Financiamento que tomou o nº 2002935608 1, posteriormente em 24/ 08/ 2017 concedido um refinanciamento que tomou o número 2002706744 a ser pago pela parte ré em 30 parcelas, cada uma no valor de R$ 1.254,70 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e sei enta centavos), a primeira com vencimento em 24/ 09/ 2017, com a garantia de alienação fiduciária do seguinte bem : " veículo marca FIAT , modelo DOBLO ADV XINGU 1.8 , ano fab./ mod.: 2012 (combustível GASOLINA , cor VERDE , chassi 9BD110490D1102937, placa FFT5867, RENAVAM 00656890727S " Porém, a parte ré não efetuou o pagamento da parcela n. 010, vencida desde 05/ 06/ 2018 , bem como as demais que veram a vencer. O valor total do saldo devedor, é o constante da planilha de cálculo anexa, para a hipótese da parte ré pret ender se utilizar do disposto no art. 3º , par. 2º, do Dec.-Lei 911/ 69. O referido saldo devedor fo calculado com o total das parcelas vencidas e vincendas, decorrentes de encargos moratórios, devendo ser acrescido, ainda, de todos os encargos moratórios legais e contratuais até a data do efetivo pagamento, bem como das custas processuais e honorários de advogado. Diante da existência de alienação fiduciária em garantia e estando a mora comprovada por meio de notificação extrajudicial encaminhada via Correio (documento anexo) 2, restam preenchidos todos os requisitos do Dec.-Lei n. " 911/ 69 para deferimento de liminar e procedência total da pretensão da parte autora. "Art. 2º , § 2o : A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014) ". Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Miracatu, aos 03 de março de 2022. 11 e 12/03

CENTRO MÉDICO IMAGEM S/A

CNPJ 58.983.784/0001-03 - NIRE 35.300.480.651

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas do **Centro Médico Imagem S/A** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22/03/2022, às 15:00hs, na sede social, localizada em Sorocaba, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 776, CEP 18035-060, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: (i) diante da ínércia da Diretoria da Companhia em convocar a Assembleia Geral, o que foi determinado pela autoridade judicial competente, os acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/09/2021, deliberar sobre a imediata instalação e funcionamento do Conselho Fiscal, nos termos autorizados pelos artigos 161 e seguintes, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), sendo certo que os Diretores que se negarem a cumprir com essa obrigação legal e estatutária poderão ser civilmente responsabilizados, nos termos dos artigos 158 e seguintes, da LSA. Sorocaba, 10 de março de 2022.

BZZ MED Participações Ltda. - Renato Barbosa Biazzi - Diretor (11, 12 e 15/03/2022)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **0012188-86.2013.8.26.0100 (USUC-637)**. A Dra. Juliana Forster Fulfaro, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a José Augusto do Nascimento Gonçalves Júnior e sim Elite Degaspari Gonçalves, Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo, na pessoa de Silvia Maria da Silva Santos, Antonio Cunha Campos Moreira e sim Ondina do

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 564 12 a 18 de março de 2022

Nacionais

Audi abre reservas do Q3 Sportback 2.0 quattro

Após confirmar a retomada da produção em sua fábrica de São José dos Pinhais, no Paraná, a Audi do Brasil inicia pedidos de reservas dos novos Audi Q3 e Audi Q3 Sportback. Com motor 2.0 e a icônica tração quattro, os modelos podem ser reservados diretamente nas concessionárias de todo o País com preço público sugerido a partir de R$ 279.990. A entrega das primeiras unidades está prevista para abril.

As primeiras unidades entregues ao cliente serão fabricadas na planta de Györ, na Hungria, até que a fábrica de São José dos Pinhais inicie a produção local. Os Audi Q3 e Audi Q3 Sportback terão o já consagrado motor EA888 2.0 TFSI gasolina de quatro cilindros com injeção direta e turbocompressão, que entrega 340 Nm de torque e potência de 231 cv em todas as versões: Prestige quattro para a carroceria SUV e Performance quattro e Performance Black quattro nas duas carrocerias.

Além disso, a produção brasileira marcará dois fatos inéditos: será a primeira vez que a Audi montará um modelo com a tração quattro no País e a primeira vez que irá equipar uma transmissão tiptronic de oito velocidades a um veículo com motor transversal feito no Brasil, que proporciona rápidas e confortáveis trocas de marchas. Toda a linha Q3 ainda terá o eficiente sistema start-stop.

Desde seu lançamento em fevereiro de 2020 o Audi Q3 virou referência em seu segmento e se tornou o veículo mais vendido da Audi no Brasil já em seu primeiro ano. Ambos incorporam a nova linguagem de design da família Q, apresentada no Brasil com o Audi Q8, modelo completamente novo da marca. Na parte frontal um dos principais destaques é a grade Singleframe com desenho octogonal. As versões de topo ganham o design do kit S line no exterior do veículo, que contemplam novas entradas de ar e difusores esportivos, além da inscrição S line posicionada próximo ao retrovisor.

No interior, os novos Audi Q3 trazem como elemento central o novo conceito do MMI com display de 8,8" sensível ao toque integrado ao painel, que é inclinado em 10 graus em direção ao motorista, ergonomicamente bem localizados. O volante com shift paddles é item de série. Na versão Performance Black quattro os modelos também contemplam o kit S line no interior: o volante com base aplanada e couro perfurado tem o logo S line, também presente nos bancos dianteiros com o emblema estampado e nas soleiras iluminadas com a inscrição, além da pedaleira esportiva.

Outro destaque é a divisão de espaço altamente variável: os bancos traseiros são corrediços de série e podem ser movidos para frente em 150 milímetros na Q3 e 130 milímetros na Q3 Sportback. E o porta-malas merece um capítulo à parte: tanto o Q3 quanto o Q3 Sportback possuem 530 litros, o maior volume da categoria. Com os encostos totalmente rebatidos, o volume salta para 1.525 litros no Q3 e 1.400 litros no Q3 Sportback.

Tecnologia e segurança: versões completas

O novo Audi Q3 e o inédito Audi Q3 Sportback terão diversos itens tecnológicos em todas as versões, como câmera de ré e assistente de partida em rampa. Vale destacar também o piloto automático com controle de velocidade e os faróis Full LED. Com relação à conectividade, todas as versões trazem interface para smartphones para sistemas operacionais iOS e Android. Há ainda quatro portas USB, sendo duas na frente e duas para os passageiros do banco traseiro, além de tomada 12v.

Na versão intermediária Performance quattro, disponível nas carrocerias SUV e Sportback, o novo Audi Q3 agrega porta-malas com abertura e fechamento elétrico com sistema hands-free, o Keyless Entry, que permite que as portas destravem com a aproximação da chave ao veículo, além da partida no motor por botão, chamada de Keyless Go. No exterior, os espelhos retrovisores externos são elétricos e rebatíveis automaticamente e os frisos e longarinas de teto são cromados na versão SUV. Há também ar-condicionado de duas zonas e o consagrado Audi Virtual Cockpit, quadro de instrumentos digital com uma tela de 10,25". No escuro, o pacote de iluminação ambiente estabelece pontos de luminosidade no console central e nas portas.

Como opcional na versão Performance quattro está o teto solar elétrico panorâmico Open Sky item de série na versão Performance Black quattro. Nesta versão topo de gama, para dar um toque de esportividade os assentos dianteiros e volante – aplanado e em couro – esportivos compõem o conjunto. O acabamento de todos os bancos passa a ser de microfibra Dinâmica. O modelo também agrega rodas de liga leve de 19".

Na versão de topo das duas carrocerias é possível incluir opcionalmente o Pacote Advanced que contempla controle de cruzeiro adaptativo, com funções de assistência em congestionamento, e o Audi pre sense dianteiro, que prepara o motorista em casos de emergência para reduzir o impacto em uma eventual colisão, o aviso de saída de faixa e o sistema de som SONOS 3D de 680W com 15 alto-falantes incluindo subwoofer.

O Audi Q3 pode ser reservado nas concessionárias de todo o Brasil pelo preço sugerido de R$ 279.990 na versão Prestige, disponível somente para a carroceria SUV. Já para a versão Performance quattro, o preço sugerido é de R$ 297.990 para a versão SUV e R$ 322.990 para a Sportback. Na versão topo de gama Performance Black, o preço sugerido é de R$ 322.990 para a versão SUV e R$ 347.990 para a Sportback.

Renault On Demand com Kwid, Duster e Master 2023

O Renault On Demand, inovadora solução de mobilidade da Renault para o mercado brasileiro, completa um ano de mercado renovando e ampliando sua gama de veículos disponíveis para assinatura com a inclusão de 12 novas opções no portfólio: Kwid 2023, nas versões Zen, Intense Biton e Outsider, Duster 2023, nas versões Zen manual e na nova Iconic turbo TCe 1.3 Flex – além da versão Iconic 1.6 CVT já ofertada – e Master 2023, nas opções Furgão e Grand Furgão. Outros modelos que também foram incluídos na modalidade são Sandero S-Edition, Logan Zen 1.0, Stepway Zen 1.6, e Captur, nas versões Intense e Iconic.

Com isso, os consumidores passam a ter 13 opções de veículos disponíveis para a contratação, bem como novos planos de assinatura de seis, 30 e 36 meses, que se somam às opções de 12, 18 e 24 meses anteriormente ofertadas. A modalidade de seis meses é chamada de Plano Flex e é voltada para quem precisa de uma assinatura de curto prazo, mas quer ter todos os benefícios do Renault on Demand, com a possibilidade de renovar o prazo automaticamente em até 24 meses. Inicialmente, o Plano Flex será testado nas praças de Curitiba e São Paulo. Existem diferentes opções de quilometragem mensal de 500 km, 1.000 km, 1.500 km ou 2.000 km.

O Renault on Demand também oferece uma opção que permite ao consumidor ampliar o valor do primeiro pagamento da assinatura e usufruir de parcelas reduzidas ao longo do plano, tendo, inclusive, um desconto no valor total do pacote.

Essa opção de plano permite uma redução significativa no valor total do pacote contratado, dependendo do valor de primeira parcela aplicado e do período do plano. O sistema de assinatura com aumento do valor na primeira parcela já é adotado pela Renault em alguns mercados europeus. No Brasil, a marca é pioneira na oferta desta nova modalidade.

O Renault On Demand tem diversos planos de assinatura customizáveis de longa duração, para que o cliente tenha sempre um Renault zero-quilômetro que atenda às suas necessidades com toda praticidade, segurança e conforto.

A contratação é 100% on-line, realizada no site www.renaultondemand.com.br, incluindo a assinatura digital do contrato e todo o acompanhamento durante o período de utilização do Renault On Demand, como conferir o status do pedido, gerenciar pagamentos e serviços contratados, consultar multas recebidas, entre outros. O cliente também pode realizar a contratação na rede de concessionárias credenciada.

Todos os planos Renault On Demand incluem os serviços:

Manutenção: revisões preventivas e troca de peças de desgaste natural, incluindo também a troca de pneus.

Gestão de documentos: todos os documentos e taxas relacionados ao veículo como IPVA e licenciamento são gerenciados pelo Renault On Demand.

Seguro Auto: proteção contra roubo, furto, incêndio e terceiros.

Assistência 24 horas: serviços de reboque, chaveiro, retorno ao domicílio, hospedagem, carro reserva, e outros serviços emergenciais disponíveis por meio do 0800 888 1500.

Outros diferenciais do Renault on Demand são: Mensalidades fixas até o final do contrato sem nenhum reajuste; Condutores adicionais ilimitados; Seguro de terceiros incluso e sem custo de franquia; Cobertura de vidros e pneus.

O cliente pode ainda personalizar sua assinatura incluindo outros serviços. O valor adicional na mensalidade dependerá do plano escolhido: Entrega do veículo em casa; Película solar e/ou película de proteção; Seguro proteção financeira (proteção em caso de desemprego involuntário, incapacidade, morte ou invalidez, em parceria com a seguradora BNP Paribas Cardif).

Ao término do plano, o cliente poderá optar pela renovação antecipada e assim, receber o novo veículo na data de devolução do antigo. O Renault On Demand está disponível em todos os estados do Brasil.

O serviço por assinatura da Renault complementa o portfólio de serviços oferecidos pela RCI Serviços Brasil aos clientes Renault, como Revisão Fácil PRO, Revisão programada, Manutenção mais fácil PRO e Renault Connect PRO.

Nova Fiat Toro 2022 mais econômica

A primeira picape monobloco de grande porte do Brasil está ainda mais capaz e eficiente em sua linha 2022. A Nova Fiat Toro ficou mais econômica em todas as suas versões e pode levar ainda mais carga nos modelos turbodiesel.

As configurações equipadas com esse propulsor já dispunham da melhor capacidade de carga do segmento, e agora podem levar até 1.010 kg. Seu motor 2.0 turbodiesel com 170 cv de potência e 350 Nm de torque foi atualizado para atender a nova legislação de emissões do Proconve-L7 e recebeu sistema de injeção de ureia para controle de emissões. O tanque de Arla 32 tem 13 litros e autonomia de até 10.000 km, representando um gasto extra inferior a R$ 0,05 a cada 1.000 quilômetros rodados.

Esse novo sistema não impactou no tamanho do tanque de diesel, que segue com 60 litros e permite uma autonomia superior a 760 km. A economia também foi favorecida, permitindo à Nova Toro rodar até 12,7 quilômetros com um litro do combustível.

A Nova Toro 2022 também está mais eficiente nas versões Turbo 270 Flex. Mesmo sem ter mudado a potência e o torque, seu motor de até 185 cv e 270 Nm ficou mais econômico quando comparado ao propulsor regido pela legislação anterior, com uma melhora de até 7,4% no consumo de combustível. Produzido em Betim (MG), trata-se do motor turboflex mais moderno, potente e com maior torque fabricado no Brasil. Ele é equipado com o exclusivo sistema MultiAir III nas válvulas de admissão, permitindo o controle da combustão de forma mais precisa e em tempo real.

Todas essas novidades reforçam ainda mais a longa lista de atributos da Nova Toro, capaz de entregar conforto e praticidade no uso urbano sem abrir mão da versatilidade no fora de estrada. Com até 21,8 cm de vão livre do solo, ela supera obstáculos com facilidade e sem sustos. Essa versatilidade só é possível graças a itens como suspensão independente nas quatro rodas e opção de tração 4x4 ou 4x2 com TC+.

Sua ampla lista de equipamentos inclui faróis Full LED, central multimídia de 10,1" - a maior entre as telas sensíveis ao toque de sua categoria no Brasil, posicionada na vertical, conferindo ainda mais exclusividade e uma experiência tecnológica incrível para o usuário - Sistema Avançado de Assistência ao Condutor (ADAS) e painel 100% digital de 7 polegadas.

Pós-vendas competitivo

A Nova Fiat Toro também vai esbanjar custo-benefício quando chegar a hora de fazer a manutenção programada, pois o plano de revisões preparado pela montadora é muito competitivo. Nas versões com motor turbodiesel, o intervalo é a cada 20 mil km ou um ano e as três primeiras revisões, cobrindo até 60 mil km, somam R$ 4.172. Os valores são ainda mais atrativos nas opções com propulsor Turbo 270 Flex – as cinco primeiras revisões, que alcançam até 50 mil km (intervalo de 10 mil km), totalizam R$ 3.780.

Outro aspecto importante do pós-vendas é a customização e, nesse sentido, a Mopar oferece mais de 70 acessórios originais. Desde tapetes de borracha com borda elevada para cabine até capota rígida de alumínio para caçamba, há inúmeras combinações possíveis de itens que adicionam muita praticidade e estilo à Nova Toro. Não à toa, ela é o veículo mais personalizado pelos clientes, entre todos os modelos oferecidos pela Fiat no país.

Importados

Personalização para superesportivos de luxo

A busca por uma cor especial, uma roda mais arrojadaou um equipamento altamente tecnológico faz parte da lista dos sonhos de cada cliente que está comprando um automóvel novo e exclusivo. Agora, os clientes brasileiros da Mercedes-Benz terão mais opções para configurar seus produtos de maneira única e individualizada. Nesse momento, o processo está focado nos modelos da Mercedes-AMG, a marca de superesportivos da companhia e acompanha a crescente procura por individualização e por produtos mais esportivos dos últimos anos.

Os clientes podem escolher entre diversos opcionais que vão desde um sistema de freios AMG de alto desempenho, pinturas especiais, variantes de couro exclusivas, acabamentos internos em diversos tipos de madeira, volantes e até rodas de variados tamanhos e desenhos. Por exemplo, um Mercedes-AMG GLE 53 4MATIC pode receber um sistema de som 3D Surround com 25 alto-falantes e mais de 1.500W de potência e um conjunto dianteiro de bancos multifuncionais, com aquecimento, resfriamento e funções de massagem dinâmica. Já um Mercedes-AMG CLA 45 S 4MATIC pode receber rodas de 19 polegadas na cor preta e um kit aerodinâmico com spoilers dianteiros e traseiros.

O cliente pode escolher virtualmente o que deseja incluir em seu modelo personalizado no site oficial da marca: www2.mercedes-benz.com.br. Todo o processo de configuração e encomenda é realizado no momento da compra do modelo em cada concessionário e o produto chega ao país pronto para ser entregue ao cliente final.

O programa contempla as motorizações de 4 cilindros (43 & 45), 6 cilindros (53) e 8 cilindros (63) e hoje, está disponível nos modelos Mercedes-AMG A 45 S 4MATIC+, CLA 45 S 4MATIC+, GLC 43 4MATIC (SUV e Coupé) e GLE 53 4MATIC+ (SUV). E, mesmo antes de ser lançado, o novíssimo Mercedes-AMG EQS 53 4MATIC+ já faz parte da lista de modelos personalizáveis.

Todas as possibilidades de personalização estão disponíveis para o Brasil com preços sob consulta e poderão ser estendidas para mais modelos Mercedes-AMG e Mercedes-EQ em um futuro próximo.

sequoia

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2021. O Relatório da Administração, contendo o comentário sobre o desempenho, está disponível para consulta na sede da Companhia ou em nosso site: https://ri.sequoialog.com.br/.

A Administração

Balanços patrimoniais

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**150.834**	397.386	**168.931**	409.183
Contas a receber	6	**294.380**	208.589	**411.292**	268.417
Instrumentos financeiros derivativos	12.2	–	1.376	–	1.376
Impostos a recuperar	7	**16.208**	4.265	**24.442**	9.962
Adiantamentos		**19.370**	7.476	**20.415**	8.126
Despesas antecipadas		**5.146**	5.701	**7.444**	7.374
Demais contas a receber		**4.915**	3.434	**10.697**	4.380
Total do ativo circulante		**490.853**	628.227	**643.221**	708.818
Não circulante					
Aplicações financeiras restritas	5	**34.529**	8.016	**34.529**	8.016
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.5	–	–	**36.356**	36.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	**65.046**	54.481	**87.046**	59.270
Partes relacionadas	23	**5.187**	–	–	–
Depósitos judiciais	16.1	**551**	289	**9.185**	2.132
Opções de compra de investimento	8.5	**7.025**	–	**7.025**	–
Investimentos	8	**467.719**	97.065	**34.420**	2.653
Imobilizado	10	**63.973**	49.936	**138.332**	69.532
Intangível	11	**191.076**	186.678	**735.005**	260.629
Direito de uso	13	**215.734**	186.799	**257.053**	228.165
Total do ativo não circulante		**1.050.840**	583.264	**1.338.951**	667.060
Total do ativo		**1.541.693**	1.211.491	**1.982.172**	1.375.878

Balanços patrimoniais

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.1	**41.890**	7.464	**43.298**	8.878
Instrumentos financeiros derivativos	12.2	**4.252**	–	**4.252**	–
Arrendamento mercantil	13	**53.233**	35.352	**80.346**	59.629
Fornecedores e operações de risco sacado	14.1	**126.527**	99.791	**175.530**	121.634
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	**67.500**	41.996	**121.926**	65.864
Contas a pagar por aquisição de investimentos	9	**36.217**	22.441	**63.309**	22.441
Outros passivos	14.2	**33.740**	39.511	**27.862**	49.591
Total do passivo circulante		**363.359**	246.555	**516.523**	328.037
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.1	**327.031**	344.841	**329.688**	348.224
Instrumentos financeiros derivativos	12.2	**2.694**	1.720	**2.694**	1.720
Arrendamento mercantil	13	**192.206**	161.819	**214.786**	182.392
Partes relacionadas	23	**11.228**	–	–	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	**7.305**	7.949	**63.854**	14.701
Contas a pagar por aquisição de investimentos	9	**19.380**	17.168	**57.516**	17.168
Provisões para demandas judiciais	16.2	**16.709**	20.114	**196.059**	71.005
Provisão para perda com investimento	8	**950**	–	–	–
Outros passivos	14.2	–	–	**221**	1.306
Total do passivo não circulante		**577.503**	553.611	**864.818**	636.516
Total do passivo		**940.862**	800.166	**1.381.341**	964.553
Patrimônio líquido					
Capital social	17	**653.872**	438.043	**653.872**	438.043
Gastos com emissão de ações	17	**(24.247)**	(27.881)	**(24.247)**	(27.881)
Reserva de capital	17	**3.556**	3.160	**3.556**	3.160
Reserva de lucro	17	**9.969**	9.969	**9.969**	9.969
Prejuízos acumulados		**(42.319)**	(11.966)	**(42.319)**	(11.966)
		600.831	411.325	**600.831**	411.325
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.541.693**	1.211.491	**1.982.172**	1.375.878

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital Plano de pagamento com base em ações	Reserva de lucros Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		**438.043**	–	**3.160**	**9.969**	(11.966)	**411.325**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	**(17.861)**	**(17.861)**
Gastos com emissão de ações	16.1	–	**(8.858)**	–	–	–	**(8.858)**
Efeitos fiscais sobre gastos com emissão de ações	16.1	–	**12.492**	–	–	(12.492)	–
Aumento de capital	16.1	**215.829**	–	–	–	–	**215.829**
Plano de pagamento com base em ações	16.4	–	–	**396**	–	–	**396**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**653.872**	**(24.247)**	**3.556**	**9.969**	**(42.319)**	**600.831**

	Notas	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital Plano de pagamento com base em ações	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		89.473	–	2.405	–	–	(165.524)	86.344
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	7.028	7.028
Aumento de capital	16.1	348.570	(27.881)	–	–	–	–	320.689
Dividendos - ações preferenciais	16.2	–	(3.491)	–	–	–	(3.491)	–
Compensação dos prejuízos acumulados com a reserva de capital	16.3	–	(156.499)	–	–	156.499	–	–
Plano de pagamento com base em ações	16.4	–	–	755	–	–	–	755
Proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício:	16.3							
Reserva legal	16.3	–	–	–	351	–	(351)	–
Reserva de incentivo fiscal	16.3	–	–	–	–	9.969	(9.969)	–
Compensação de prejuízos acumulados com a reserva legal	16.3	–	–	–	(351)	–	351	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		438.043	(27.881)	3.160	9.969	(11.966)	411.325	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Informações sobre a Companhia: A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento novo do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3O", e tem sede localizada na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes, Estado de São Paulo, Brasil e possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística *"build-to-suit"*, *outdoor"*, consolidada e fracionada, gestão operacional de armazém *("fulfillment")*, transporte rodoviário e entregas urbanas para clientes diversos, principalmente, nos setores de comércio eletrônico, varejo de moda, sistemas de ensino e educação e para bancos de varejo. Ainda, se destaca por oferecer soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, promulgadas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). **2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional", que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia dispõe de recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2022. **2.3 Impactos do COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países e de maneira ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentenas e *lockdowns* ao redor do mundo. Internamente, a Administração tem tomado medidas preventivas, com a instalação do Comitê de Crise, composto pelos membros de Diretoria e Recursos Humanos, com reuniões periódicas, monitorando todos os assuntos relacionados ao tema e as constantes evoluções do assunto junto à mídia e aos órgãos públicos, de forma a definir a melhor estratégia para, a manutenção da segurança de todos os colaboradores e também do bom andamento dos negócios da Companhia. A seguir detalhamos as principais ações e os resultados alcançados: Impacto com os colaboradores: • Home Office: time administrativo e pessoas enquadradas em grupo de risco e mulheres com filhos. • Escalas de trabalho flexíveis visando à desconcentração de pessoas no ambiente de trabalho. • Fornecimento e uso obrigatório de máscaras dentro e fora do ambiente de trabalho (todo o descanso; ônibus fretado ou municipal/intermunicipal). • Informativos nos pontos de maior concentração de pessoas. • Intensificação da limpeza e sanitização dos locais para eliminar os riscos de contaminação. • Medição de temperatura de todos que ingressam nos estabelecimentos da Companhia. • Acompanhamento diário de pessoas suspeitas e contaminadas com prestação de assistência médica. • Palestras online em decorrência da preocupação com o zelo e bem estar dos nossos colaboradores. • Criação de um canal específico para atendimento de reclamações e notificações. Impacto nas operações: Algumas linhas de negócios tiveram impactos adversos em decorrência da pandemia. As atividades de distribuição denominadas internamente de B2B (*business to business*), caracterizadas pelo atendimento a clientes empresariais e voltados ao abastecimento de lojas físicas, pontos comerciais, shopping, entre outros, sofreu forte redução em suas demandas, em função do período de quarentena e fechamento desses locais. Por outro lado, a Companhia possuía como principal linha de negócio a atuação no mercado de B2C (*business to client*), caracterizado pelo envio na casa do consumidor de compras realizadas pelos canais de venda online, onde houve um aumento expressivo na demanda e, consequentemente, crescimento na receita em comparação com o ano anterior. Nossas ações durante a pandemia e o nosso posicionamento de destaque no B2C estão sendo decisivos para garantir o cumprimento de nossos objetivos e a manutenção do nosso plano futuro de negócios. Impactos financeiros e econômicos: Alavancagem financeira: A Administração monitora diariamente o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, bem como, seu índice de alavancagem financeira. Contas a receber e fornecedores: A Administração de controles constantemente a inadimplência, oriunda de faturamentos por prestação de serviço de transportes (B2B e B2C) e logística e o risco de desabestecimento para o caso de fornecedores estratégicos. Constantemente estão sendo feitos contatos com nossos fornecedores, prestadores de serviços e locadores de nossas unidades operacionais, como nossos centros de distribuição, buscando adequar os contratos às novas realidades de mercado, seja através de negociação no preço ou na diluição do prazo de pagamento. Análise de recuperação de ativos ("impairment test"): Anualmente a Administração realiza a avaliação dos ativos não financeiros a fim de identificar risco de recuperabilidade. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os testes foram atualizados e como resultado a Administração não indicaram indicadores de perda de valor recuperável dos ativos. **3. Base de consolidação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder que exerce sobre a investida. O resultado das controladas adquiridas durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado. As operações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta		Principal atividade	País-sede	Percentual de participação 2021	2020
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a)	Prestação de serviços de logística	Brasil	**100%**	100%
Direcional Transporte e Logística S.A. ("Direcional")	(b)	Prestação de serviços de logística	Brasil	**100%**	100%
Lithium Software Ltda. ("Frenet")	(c)	Plataforma digital para prestação de serviços de logística	Brasil	**100%**	–
SF 350 Ltda. ("SFX")	(d)	Serviços de intermediação	Brasil	**100%**	–
Participação indireta - via Direcional					
Prime Express Logística e Transporte Ltda.					
e Prime Time Logística e Transportes Ltda. ("Prime")	(e)	Prestação de serviços de logística	Brasil	–	–
Participação indireta - via Transportadora Americana					
Transportadora Pilmor Ltda. ("Pilmor")	(f)	Prestação de serviços de logística	Brasil	**100%**	–

(a) Empresa adquirida em 28 de fevereiro de 2020. (b) Empresa adquirida em 2 de outubro de 2020. (c) Empresa adquirida em 5 de abril de 2021. (d) Empresa constituída em 2 de setembro de 2021. (e) Empresas adquiridas em 29 de janeiro de 2021 e incorporadas em 15 de setembro de 2021. (f) Empresa adquirida em 14 de maio de 2021. A Companhia não possui controle sobre as seguintes empresas nas quais possui participação societária e, portanto, as mesmas são apresentadas no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Participação direta		Principal atividade	País-sede	Percentual de participação 2021	2020
Uello Tecnologia S.A.	(g)	Plataforma digital para prestação de serviços de logística	Brasil	**15%**	17%
GHSX Tecnologia e Intermediação S.A. ("GSHX")	(h)	Serviços de intermediação	Brasil	**51%**	–
Lincros Soluções em Software S.A.	(i)	Plataforma digital para prestação de serviços de logística	Brasil	**41%**	–

(g) Participação societária, sem influência significativa, adquirida em 7 de outubro de 2020. (h) Empresa constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado. (i) Participação societária com controle compartilhado adquirida em 11 de novembro de 2021. **4. Políticas contábeis significativas:** As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns a controladoras e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério. **4.1. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **4.2. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual para haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia possui um único cliente que representa mais de 10% da receita bruta. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Companhia conclui que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte. **4.3. Pronunciamentos novos e revisados:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o Pronunciamento Conceitual *Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos estão demonstrados a seguir: • Alterações no CPC 15 (IFRS 3) (R1): Definição de negócios. • Alterações no CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9): Reforma da Taxa de Juros de Referência. • Alterações no CPC 26 (IAS 1) (R1) e CPC 23 (IAS 8): Definição de material. • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. • Alterações no CPC 06 (IFRS 16) (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações que estão em vigor em 1 de janeiro de 2021 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Em relação aos demais pronunciamentos emitidos pelo IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **4.4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação aos fatos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável de seu valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O teste de recuperação (*"impairment test"*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de fluxos de caixa futuros, como das atividades da Companhia e suas controladas. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo essas evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda depende de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos descontados neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões que representam mais recentes avaliações da Administração sobre os montantes futuros da Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar os fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação para seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme aplicável. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para o ativo Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por redução ao valor reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A probabilidade de perda é avaliada sob o ponto de vista do risco de o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indiquem o valor a ser provisionado/informe o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Passivos por pagamentos baseados em ações: A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo das pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão, isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e considerações sobre opções. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 16.4. Impostos: Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das atividades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de inspeções fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo do domicílio da respectiva entidade. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos uma vez que sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido. Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente: Contraprestação contingente é reconhecida em uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, e, portanto, o passivo financeiro deve ser subsequentemente remensurado ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **4.5. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, inicialmente um ativo financeiro é mensurado ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado

continua →

Demonstrações do resultados

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	18	**937.409**	720.211	**1.520.357**	998.109
Custos dos serviços prestados	19	**(729.086)**	(553.962)	**(1.253.942)**	(782.679)
Lucro bruto		**208.323**	166.249	**266.415**	215.430
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	19	**(146.317)**	(119.340)	**(252.279)**	(178.387)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	**5.831**	710	**34.824**	6.651
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(34.825)**	(11.080)	**(977)**	–
		(175.311)	(129.710)	**(218.432)**	(171.736)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**33.012**	36.539	**47.983**	43.694
Despesas financeiras	21	**(75.855)**	(46.334)	**(93.741)**	(55.163)
Receitas financeiras	21	**14.417**	4.712	**18.252**	8.177
		(61.438)	(41.622)	**(75.489)**	(46.986)
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social		**(28.426)**	(5.083)	**(27.506)**	(3.292)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	–	(1.182)	**(2.116)**	(3.624)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	**10.565**	13.293	**11.761**	13.944
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(17.861)**	7.028	**(17.861)**	7.028
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Lucro (prejuízo) básico por ação	17.4	**(0,13179)**	0,06665		
Lucro (prejuízo) diluído por ação	17.4	**(0,13179)**	0,06293		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(17.861)**	7.028	**(17.861)**	7.028
(+/-) Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente	**(17.861)**	7.028	**(17.861)**	7.028

Demonstrações do fluxos de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(28.426)**	(5.083)	(27.506)	(3.292)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social				
Depreciação e amortização	51.482	40.688	135.084	69.796
Resultado de equivalência patrimonial	34.825	11.080	977	–
Provisão para demandas judiciais	36	(1.875)	(23.684)	(3.415)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.784	142	(1.053)	1.072
Juros provisionados	57.316	35.440	68.133	39.168
Atualização de valor justo de investimento	(60)	67	(60)	67
Plano de pagamento com base em ações	396	755	396

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA ETRANSPORTES S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Não houve transferências do classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2021 e 2020. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

Controladora

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	150.834	–	150.834	150.834
Aplicações financeiras restritas	Nível 2	34.529	–	34.529	34.529
Contas a receber	Nível 2	–	294.380	294.380	294.380
Investimento avaliado a valor justo	Nível 3	2.714	–	2.714	2.714
Opção de compra de investimento	Nível 3	7.025	–	7.025	7.025
Total ativo		**195.102**	**294.380**	**489.482**	**489.482**
Passivos financeiros:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	–	(368.921)	(368.921)	(368.921)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	–	(6.946)	(6.946)	(6.946)
Arrendamentos mercantis	Nível 2	–	(245.439)	(245.439)	(245.439)
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	–	(126.527)	(126.527)	(126.527)
Parcelamento de impostos	Nível 2	–	(11.491)	(11.491)	(11.491)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	–	(55.597)	(55.597)	(55.597)
Total passivo		–	**(814.921)**	**(814.921)**	**(814.921)**

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	397.386	–	397.386	397.386
Aplicações financeiras restritas	Nível 2	8.016	–	8.016	8.016
Contas a receber	Nível 2	–	208.589	208.589	208.589
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.376	–	1.376	1.376
Investimento avaliado a valor justo	Nível 3	2.653	–	2.653	2.653
Total ativo		409.431	208.589	618.020	618.020
Passivos financeiros:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	–	(352.305)	(352.305)	(352.305)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(1.720)	–	(1.720)	(1.720)
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	–	(99.791)	(99.791)	(99.791)
Arrendamentos mercantis	Nível 2	–	(197.171)	(197.171)	(197.171)
Parcelamentos de impostos	Nível 2	–	(10.739)	(10.739)	(10.739)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	–	(39.609)	(39.609)	(39.609)
Total passivo		**(1.720)**	**(699.615)**	**(701.335)**	**(701.335)**

Consolidado

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	168.931	–	168.931	168.931
Aplicações financeiras restritas	Nível 2	34.529	–	34.529	34.529
Contas a receber	Nível 2	–	411.292	411.292	411.292
Investimento avaliado a valor justo	Nível 3	2.714	–	2.714	2.714
Opção de compra de investimento	Nível 3	7.025	–	7.025	7.025
Total ativo		213.199	411.292	624.491	624.491
Passivos financeiros:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	–	(372.986)	(372.986)	(372.986)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	–	(6.946)	(6.946)	(6.946)
Arrendamentos mercantis	Nível 2	–	(295.132)	(295.132)	(295.132)
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	–	(175.530)	(175.530)	(175.530)
Parcelamento de impostos	Nível 2	–	(85.792)	(85.792)	(85.792)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	–	(120.825)	(120.825)	(120.825)
Total passivo		–	**(1.057.211)**	**(1.057.211)**	**(1.057.211)**

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	**409.183**	–	**409.183**	**409.183**
Aplicações financeiras restritas	Nível 2	**8.016**	–	**8.016**	**8.016**
Contas a receber	Nível 2	–	**268.417**	**268.417**	**268.417**
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	**1.376**	–	**1.376**	**1.376**
Investimento avaliado a valor justo	Nível 3	**2.653**	–	**2.653**	**2.653**
Total ativo		**421.228**	**268.417**	**689.645**	**689.645**
Passivos financeiros:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	–	**(357.102)**	**(357.102)**	**(357.102)**
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	**(1.720)**	–	**(1.720)**	**(1.720)**
Arrendamentos mercantis	Nível 2	–	**(242.027)**	**(242.027)**	**(242.027)**
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	–	**(121.634)**	**(121.634)**	**(121.634)**
Parcelamentos de impostos	Nível 2	–	**(23.805)**	**(23.805)**	**(23.805)**
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	–	**(39.609)**	**(39.609)**	**(39.609)**
Total passivo		**(1.720)**	**(784.177)**	**(785.891)**	**(785.891)**

Nível 3 - Descrição dos inputs não observáveis significativos à avaliação do valor justo: Os inputs significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 na hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2021, são apresentados abaixo:

Técnica de valorização	Inputs significativos não observáveis	Taxa mínima e máxima	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Investimento avaliado a valor justo	Crescimento anual da receita	5% - 186% (*)	Uma redução de 5% no crescimento da receita resultaria numa redução no valor justo de R$9.748.
	Margem bruta anual	5% - 243% (*)	Uma redução de 5% na margem bruta resultaria numa redução no valor justo de R$3.736.
	Método de fluxo de descontado WACC	21,0%	Um aumento de 5% no WACC resultaria numa redução no valor justo de R$242.
Opções de compra e venda de investimento	Método da Simulação de Monte Carlo	Probabilidade de exercício da opção 23,7% - 37,3%	Um aumento de 5% na probabilidade de exercício resultaria num aumento de R$444 na opção de compra. Uma redução de 5% na probabilidade de exercício resultaria numa redução de R$419 na opção de compra.

(*) A Uello começou a gerar receitas em 2019, motivo pelo qual apresenta oscilação grande entre a taxa mínima e máxima dos inputs indicados.

a) Considerações sobre riscos: *Riscos de crédito*: A operação da Companhia e suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinados conflitos e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. *Riscos de liquidez*: E o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. *Risco de taxa de juros*: A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI. Os saldos de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, e os contratos de *swap* de taxas de juros neutralizam parcialmente esse efeito. *Gestão de capital*: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma relação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	370.407	354.124	374.472	358.921
Instrumentos financeiros derivativos	6.946	344	6.946	344
Contas a pagar por aquisição de investimentos	55.597	39.609	120.825	39.609
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas	(185.362)	(405.402)	(203.461)	(417.199)
(–) Ativo líquido	247.588	(11.325)	298.782	(18.325)
Patrimônio líquido	600.831	411.325	600.831	411.325
Patrimônio líquido e dívida líquida	848.419	400.000	899.613	393.000

(*) Não considera o saldo de Custos de transação.

b) Valorização dos instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2 e Nível 3: *Nível 2: (i)* Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras restritas - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensurados ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados. (ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisição de investimentos, instrumentos financeiros derivativos e contas a pagar por resgate de ações - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo. *(iii)* Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. *Nível 3: (i)* Investimento: os valores contabilizados são atualizados ao valor justo com base em projeções fornecidas pela investida. (ii) Opções de compra e venda de investimentos: os valores são mensurados ao valor justo com base em simulações de Monte Carlo. c) Operações com instrumentos derivativos: A partir de 2020, a Companhia passou a utilizar contratos de *swaps* de taxas de juros para proteger-se contra riscos de taxas de juros. Esses contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos e reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente remensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro. Os contratos de *swap* foram firmados em 11 de dezembro de 2020 com vencimento final em 20 de dezembro de 2024 (mesmo prazo de vencimento final das debêntures emitidas em 2019), possuindo valor nocional de R$30.117 e R$58.200, possibilitando que a Companhia pague uma taxa pré-fixada (idêntica à taxa de juros definida nas debêntures emitidas em 2019) e receba uma taxa pós-fixada indexada ao CDI. O valor justo dos contratos de *swap* foi calculado considerando os índices divulgados pela Bm&fBovespa S.A., os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação: d) Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia estava exposta à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante para a Companhia está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Consolidado Saldos de 2021	Consolidado Provável	Ganhos e/ou (perdas) Cenário A	Ganhos e/ou (perdas) Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	273.955	13.696	68.489	136.978
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Aumento do CDI	100.464	5.023	25.116	50.232
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	120.825	6.041	30.206	60.413
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	132.499	(6.309)	(26.500)	(44.166)
Aplicações financeiras restritas indexadas ao CDI	Queda do CDI	34.529	(1.644)	(6.906)	(11.510)
	CDI (aumento)	9,15%	9,61%	11,44%	13,73%
	CDI (queda)	9,15%	8,71%	7,32%	6,10%

1) CDI divulgado pela CETIP.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de alvidade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto a respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que estas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são representadas por aplicações financeiras em CDB – Certificados de Depósito Bancário. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI (70% a 104% do CDI em 2020).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	114	120	308	246
Bancos conta movimento	19.833	31.529	36.125	38.675
Aplicações financeiras - CDB	130.889	365.737	132.499	370.268
Caixa e equivalentes de caixa	150.833	397.386	168.932	409.183
Aplicação financeira restrita (a)	34.529	8.016	34.529	8.016
	185.362	405.402	203.461	417.199

(a) Esta aplicação financeira é parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e será liberada aos vendedores no aniversário de 3º ano da aquisição, deduzido de eventuais perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos. Esta aplicação é remunerada a 97% do CDI. **6. Contas a receber:** Ativos de contrato: Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e/ou controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional. Contas a receber de clientes: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, tal que se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes, de respectiva probabilidade de recebimento. Passivos de contrato: Um passivo de contrato consiste na obrigação de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou valor nominal devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia e suas controladas lhes transfiram bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que ocorrer primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato. A Companhia estima as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa com base no modelo simplificado, conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9, considerando a idade (aging) dos valores títulos a receber e a expectativa de perdas futuras. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente sua carteira de recebíveis, constituindo provisão para liquidação de créditos duvidosos para todos os títulos cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Clientes nacionais	204.450	142.294	325.332	206.155
Clientes a faturar (a)	101.925	74.126	107.494	71.722
	306.375	216.420	432.826	279.881
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.995)	(7.831)	(21.534)	(11.464)
	294.380	208.589	411.292	268.417

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência. O prazo médio consolidado de recebimento é de aproximadamente 78 dias (76 dias em 2020).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	227.888	168.092	340.206	232.841
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	6.744	33.082	9.487	33.420
Vencidos de 31 a 90 dias	7.792	621	12.453	35
Vencido de 91 a 180 dias	15.557	3.818	17.868	1.928
Vencido de 181 a 365 dias	31.014	4.268	32.681	4.353
Vencidos há mais de 365 dias	17.380	6.539	20.131	7.304
Subtotal - vencidos	78.487	48.328	92.620	47.040
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.995)	(7.831)	(21.534)	(11.464)
	294.380	208.589	411.292	268.417

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2020	(5.973)	(6.639)
Adições	(2.068)	(2.998)
Adição via controladas adquiridas	–	(3.753)
Baixa por incorporação de controlada	(1.710)	–
Reversões	1.926	1.926
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(7.831)	(11.464)
Adições	**(4.164)**	**(419)**
Adição via controladas adquiridas	–	**(9.650)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(11.995)**	**(21.534)**

7. Impostos a recuperar: A composição do saldo de impostos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS (a)	11.130	452	14.158	5.982
ICMS (b)	–	–	2.933	–
IRFJ e CSLL - antecipação	231	231	1.508	337
ISSS	1.019	1.647	1.577	1.678
Impostos retidos	3.640	1.733	4.078	1.749
Outros	188	202	188	216
	16.208	4.265	24.442	9.962

(a) Desde novembro de 2008, discutia judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de seu processo, o que possibilitou o registro do montante de R$5.999 (principal) nos impostos a recuperar com contrapartida na linha de Outras receitas e despesas no resultado do período. (b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição da controlada Prime. **8. Investimentos:** A Sequoia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, visando a obtenção de benefícios de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. O investimento da Sequoia em controladas e *joint ventures* inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Investimentos em controladas	433.299	94.412	–	–
Investimentos em controladas em conjunto	1.236	–	1.236	–
Investimento em coligada	30.470	–	30.470	–
	465.005	94.412	31.706	–
Investimento avaliado a valor justo	2.714	2.653	2.714	2.653
	467.719	97.065	34.420	2.653
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligada	465.005	94.412	31.706	–
Provisão para perda com investimento	(950)	–	–	–
	464.055	94.412	31.706	–

8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada: A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

Controladora	Nowlog	Transportadora Americana	Direcional	Frenet	GHSX	Lincros (a)	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	31.030	–	–	–	–	–	31.030
Aquisição de participação	–	22.416	63.463	–	–	–	85.879
Resultado de equivalência patrimonial	(11.758)	(2.395)	3.073	–	–	–	(11.080)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	7.855	–	–	–	–	7.855
Patrimônio líquido incorporado	14.300	–	–	–	–	–	14.300
Transferência para intangível (b)	(33.572)	–	–	–	–	–	(33.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	27.876	66.536	–	–	–	94.412
Aquisição de participação	–	–	–	**24.543**	–	**30.934**	**55.477**
Constituição de controlada em conjunto	–	–	–	–	**1.750**	–	**1.750**
Resultado de equivalência patrimonial	–	**(41.915)**	**13.443**	**(5.128)**	**(513)**	**(464)**	**(34.577)**
Aumento de capital	–	**180.000**	**11.600**	–	–	–	**191.600**
Reserva de capital	–	–	**19.000**	–	–	–	**19.000**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	**46.929**	**85.964**	**3.750**	–	–	**136.643**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	**212.890**	**196.543**	**23.165**	**1.237**	**30.470**	**464.055**
Investimento em controladas	–	186.641	154.617	–	–	–	341.258
Investimentos em controladas em conjunto	–	–	–	1.237	–	–	1.237
Investimento em coligada	–	–	–	–	3.705	3.705	7.705
Provisão para perda com investimento	–	–	(950)	–	–	–	(950)
Ágio na aquisição de investimento	–	26.249	41.679	24.115	–	26.765	118.808

(a) O saldo do ágio e de ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição da coligada que estão demonstrados na nota 8.5 (a) são apresentados como investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza. (b) Transferência da parcela de alocação de preço pago para carteira de clientes, cláusula de não competição e goodwill para o grupo de intangível quando da incorporação da Nowlog em 31 de agosto de 2020.

Consolidado	GHSX	Lincros (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–	–
Aquisição de participação	–	30.934	30.934
Constituição de controlada em conjunto	1.750	–	1.750
Resultado de equivalência patrimonial	(513)	(464)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.237	30.470	31.707
Investimentos em controladas em conjunto	1.237	–	1.237
Investimento em coligada	–	498	498
Ágio na aquisição de investimento	–	33.790	33.790

(a) O saldo do ágio e de ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição da coligada que estão demonstrados na nota 8.5 (a) são apresentados como investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza. As principais informações financeiras das controladas podem ser assim apresentadas:

31 de dezembro de 2021

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Transportadora Americana	356.373	(169.732)	(186.641)	206.881	(26.249)
Directional	309.758	(154.894)	(154.864)	198.900	23.080
Frenet	2.425	(3.375)	950	5.594	(3.825)

31 de dezembro de 2020

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Transportadora Americana	130.548	(135.548)	5.000	199.828	(2.395)
Directional Transportes	50.478	(33.713)	(16.765)	46.609	3.073

As principais informações da controlada em conjunto e coligada podem ser assim apresentadas:

Investida	% de participação GHSX	% de capital votante GHSX	Ativo GHSX	Passivo GHSX	Patrimônio líquido GHSX	Receita líquida GHSX	Lucro líquido (prejuízo) do exercício GHSX
Uello	51%	51%	3.571	(1.672)	(2.209)	–	(1.007)
Lincros	41%	41%	21.702	(12.666)	(9.036)	3.755	(335)

8.2. Investimentos avaliado a valor justo

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Uello	2.714	2.653	2.714	2.653

Uello Tecnologia S.A. ("Uello"): Em 9 de agosto de 2018, a Companhia e a startup Uello Tecnologia S.A. ("Uello") assinaram um contrato de "Mútuo conversível em participação acionária" com o objeto de possíbilitar operações conjuntas entre as empresas. Como resultado deste contrato, a Companhia realizou o investimento de R$1.500 a título de mútuo com a possibilidade de conversão em participação acionária. Em 07 de outubro de 2020, após a entrada de novos acionistas na Uello, a Companhia converteu o mútuo em participação societária, resultando na aquisição de 3.259 ações preferenciais ou 17,07% do capital social da Uello. A conversão do mútuo em participação societária na Uello não concedeu o poder (conforme definido pelo CPC 36) à Sequoia de controlar e consequentemente consolidar as demonstrações financeiras da Uello. Adicionalmente, a Sequoia não exerce influência significativa (conforme definido pelo CPC 18) sobre a Uello, o que não permite que o investimento seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo assim este investimento continua a ser mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme premissas descritas na Nota 4.4. A movimentação dos investimentos avaliados a valor justo pode ser assim apresentada:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2020	2.020
Atualização do valor justo	(67)
Novos aportes efetuados	700
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.653
Atualização do valor justo	61
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.714**

8.3. Constituição de controlada em conjunto: Em 08 de agosto de 2021, a Companhia firmou um contrato para constituição da GHSX em conjunto com a Gigahub Services Ltda. ("Gigahub"). O objetivo dessa nova empresa será transformar pontos comerciais já existentes e que operam com a Gigahub em uma rede de pick-up, drop-off (PUDO), sigla em português que significa "pegar e largar", e representa uma modalidade de coleta e entrega de encomendas como parte de uma rede mais ampla de serviços, possibilitando novos canais de distribuição aos vendedores, geração de tráfego para os parceiros comerciais e atendeir às preferências do consumidor final, que visa agilidade e facilidade nas entregas e devoluções. Em 15 de setembro de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi assinado o termo de constituição e de acordo de acionistas. Embora a Companhia possua a maioria dos votos, a entidade é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dado que o acordo de acionistas prevê que determinadas decisões relevantes devem ser compartilhadas entre as partes. **Ativo intangível contribuído:** Enquanto a Sequoia aportou recursos financeiros na controlada em conjunto para fazer frente a sua participação societária, a sócia detentora da participação acionária remanescente aportou seu conhecimento para formar a rede de PUDOs. Esse aporte foi mensurado e registrado como ativo intangível no montante de R$1.457. No processo de determinação do valor do intangível foi utilizado o modelo *"with or without"* e envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuro, tais como taxa de crescimento da receita, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. As principais premissas adotadas para essa mensuração foram: • Taxa de desconto dos fluxos de caixa: 18% ao ano, que reflete o custo de capital ponderado. • Projeção de fluxo de caixa para 10,2 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,2%, que considera a expectativa de crescimento orgânico, redução de preços com base na inflação projetada e expectativa de crescimento econômico. • Crescimento na receita de 72% entre 2022 e 2029, com início das operações em nov/21, considerando crescimento no volume de transações com base em expectativas de crescimento do e-commerce e crescimento na tarifa por transação pela inflação projetada. A vida útil estimada para amortização desse intangível foi de 10,2, a partir do início das atividades. **Opção de compra e venda:** Como parte do Acordo de Acionistas foi outorgada ao acionista detentor da participação acionária remanescente de 49% da GHSX opção de venda da totalidade de sua participação para a Sequoia com vigência entre o segundo e o quarto aniversário da assinatura do acordo de acionista. Adicionalmente, foi outorgada opção de compra à Sequoia para aquisição da totalidade da participação remanescente na GHSX com vigência entre o quarto e o quinto aniversário da assinatura do acordo de acionista. O valor de exercício das opções deverá ser determinado com base em laudo de avaliação na data em que o direito de opção for exercida. A Companhia concluiu que a avaliação do valor justo das opções não gera benefício atual para qualquer das partes, dado que a mensuração será efetuada quando do efetivo exercício das opções. **8.4. Reestruturações societárias:** Incorporação da Prime Express e Prime Tme: Em 15 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Direcional Transportes, a incorporação da Prime Express e Prime Time. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Prime Express	38.357	52.306	57.972	85.826	(53.135)
Prime Time	1.595	10.567	2.113	10.035	14

8.5. Aquisição de participação: O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Sequoia, que consiste em 4 etapas: • Determinar a data de aquisição; • Determinar o valor pagamento; • Determinar a contraprestação transferida pela aquisição do controle (Preço); e • Mensurar o ágio ou ganho por compra vantajosa. A data da aquisição é a data em que a Sequoia assume o controle dos ativos. Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis a aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Sequoia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. A contraprestação transferida para a aquisição de um negócio é o valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data da aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Qualquer

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Adquirida	Descrição	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Mais-valia de ativos imobilizados	Softwares
Lincros (*)	Valor alocado	3.760	–	–	15.630
	Amortização anos	9.2	–	–	10
Plimor	Valor alocado	114.843	12.858	29.687	–
	Amortização anos	5	5	3	–
Frenet	Valor alocado	1.386	–	–	14.800
	Amortização anos	5,8	–	–	10
Prime	Valor alocado	26.362	9.879	9.067	–
	Amortização anos	5	5	10	–
Direcional	Valor alocado	38.101	5.222	5.974	–
	Amortização anos	5	5	2	–
Transportadora Americana	Valor alocado	9.933	808	9.250	–
	Amortização anos	5	3	1,7	–

(*) Considera o percentual adquirido.

Impacto da aquisição no resultado da Companhia: O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados pelas adquiridas a partir da data de aquisição. A seguir demonstramos o impacto da Receita líquida e do resultado dessas adquiridas, sem considerar o efeito da amortização dos ativos intangíveis identificados, no resultado do exercício desde a data de aquisição e um cenário caso ela tivesse sido adquirida desde o início do exercício:

31 de dezembro de 2021	Receita líquida		Lucro líquido (prejuízo)	
Adquirida	**A partir da data de aquisição**	**Desde o início do ano**	**A partir da data de aquisição**	**Desde o início do ano**
Plimor	104.755	168.398	1.113	(21.845)
Frenet	5.594	7.061	(3.825)	(4.564)
Prime	95.341	111.346	10.397	4.293

31 de dezembro de 2020	Receita líquida		Lucro líquido (prejuízo)	
Adquirida	**A partir da data de aquisição**	**Desde o início do ano**	**A partir da data de aquisição**	**Desde o início do ano**
Direcional	55.238	189.694	5.789	1.578
Transportadora Americana	244.671	286.150	4.083	5.971

9. Contas a pagar por aquisição de investimentos: O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis. A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

Controladora Adquirida	2020	Dívida por aquisição	Pagamentos	Ajuste de preço	Reembolso de contingências	Juros CDI	2021	Circulante	Não circulante
Yep (a)	17.684	–	–	–	–	437	18.121	18.121	–
Lótus (b)	7.425	–	–	–	–	325	7.750	–	7.750
Nowlog (c)	5.201	–	–	–	(1.337)	82	3.946	1.240	2.706
Transportadora Americana	2.217	–	(3.629)	6.532	–	354	5.474	5.474	–
Directional	7.082	–	(3.562)	–	–	150	3.670	918	2.752
Frenet	–	24.543	(10.000)	(192)	–	1.376	15.727	9.555	6.172
Lincros	–	37.959	(37.050)	–	–	–	909	909	–
	39.609	**62.502**	**(54.241)**	**6.340**	**(1.337)**	**2.724**	**55.597**	**36.217**	**19.380**

Consolidado Adquirida	2020	Dívida por aquisição	Pagamentos	Ajuste de preço	Reembolso de contingências	Juros CDI	2021	Circulante	Não circulante
Yep (a)	17.684	–	–	–	–	437	18.121	18.121	–
Lótus (b)	7.425	–	–	–	–	325	7.750	–	7.750
Nowlog (c)	5.201	–	–	–	(1.337)	82	3.946	1.240	2.705
Transportadora Americana	2.217	–	(3.629)	6.532	–	354	5.474	5.474	–
Directional	7.082	–	(3.562)	–	–	150	3.670	918	2.753
Prime (d)	–	20.661	(10.533)	–	–	419	10.547	3.667	6.879
Frenet	–	24.543	(10.000)	(192)	–	1.376	15.727	9.555	6.172
Plimor	–	193.017	(140.119)	–	–	1.783	54.681	23.424	31.257
Lincros	–	37.959	(37.050)	–	–	–	909	909	–
	39.609	**276.180**	**(204.894)**	**6.340**	**(1.337)**	**4.926**	**120.825**	**63.309**	**57.516**

Adquirida	2019	Dívida por aquisição	Pagamentos	Reembolso de contingências	Juros CDI	2020	Circulante	Não circulante
Yep (a)	19.241	–	–	(2.063)	506	17.684	17.684	–
Lótus (b)	7.195	–	–	(5)	235	7.425	–	7.425
Nowlog (c)	8.340	–	(3.119)	(16)	(4)	5.201	1.190	4.011
Transportadora Americana	–	22.416	(20.000)	(230)	31	2.217	–	2.217
Directional	–	63.463	(56.401)	–	20	7.082	3.567	3.515
	34.776	**85.879**	**(79.520)**	**(2.314)**	**788**	**39.609**	**22.441**	**17.168**

(a) Em 16 de novembro de 2016, a Sequoia Transportes adquiriu 100% da Intec TI Logística S.A. ("Yep Log") e Intec Tecnologia da Informática S.A. ("Yep Tec"), e incorporou as controladas em 31 de dezembro de 2016. (b) Em 08 de janeiro de 2019, a Sequoia Transportes adquiriu 100% da Lótus Logística Integrada Ltda. ("Lótus"), e incorporou a controlada em 31 de agosto de 2019. (c) Em 31 de outubro de 2019, a Sequoia Transportes adquiriu 100% da Nowlog Logística Inteligente Ltda. ("Nowlog"), e incorporou a controlada em 31 de agosto de 2020. (d) Em 29 de janeiro de 2021, a Direcional adquiriu 100% da Prime Express Logística e Transporte Ltda. ("Prime Express") Prime Time Logística e Transportes Eireli ("Prime Time"), e incorporou as controladas em 15 de setembro de 2021. O fluxo de pagamento das parcelas pode ser assim apresentado:

	2022	2023	2024	A partir de 2025	Total
Yep Log e Yep Tec	18.121	–	–	–	18.121
Lótus	–	7.750	–	–	7.750
Nowlog	1.240	1.240	1.240	226	3.946
Transportadora Americana	5.474	–	–	–	5.474
Directional	918	918	918	916	3.670
Prime	3.667	–	–	6.880	10.547
Frenet	9.555	2.816	3.356	–	15.727
Lincros	23.424	19.018	6.119	6.120	54.681
	909	–	–	–	909
	63.309	23.992	19.383	14.141	120.825

10. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando partes componentes significativas do imobilizado são repostas, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que atendidos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos. A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual (%)
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Administração não identificou indicadores de impairment para os exercícios findos em 2021 e 2020. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

Controladora

	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo:									
Em 01 de janeiro de 2020	31.004	8.406	6.731	4.808	8.707	15.086	4.828	4.449	84.019
Adição por incorporação (a)	159	21	996	–	–	–	–	–	1.176
Adições	–	95	4.670	182	3.912	165	9.565	1.109	19.698
Baixas	(15)	(279)	–	–	–	–	(513)	–	(807)
Transferência	–	(87)	2.411	–	678	1.732	(4.916)	33	(149)
Em 31 de dezembro de 2020	31.148	8.156	14.808	4.990	13.297	16.983	8.964	5.591	103.937
Adições	–	115	398	171	2.119	50	20.965	543	24.361
Baixas	–	–	–	–	–	–	(1)	–	(1)
Transferência	–	–	4.685	40	727	84	(5.565)	29	–
Em 31 de dezembro de 2021	31.148	8.271	19.891	5.201	16.143	17.117	24.363	6.163	128.297
Depreciação:									
Em 01 de janeiro de 2020	(21.368)	(3.610)	(4.147)	(2.851)	(5.024)	(5.485)	–	(1.596)	(44.081)
Adição por incorporação (a)	(66)	(1)	(50)	–	–	–	–	–	(117)
Depreciação	(2.649)	(835)	(1.304)	(532)	(1.711)	(1.746)	–	(1.026)	(9.803)
Em 31 de dezembro de 2020	(24.083)	(4.446)	(5.501)	(3.383)	(6.735)	(7.231)	–	(2.622)	(54.001)
Depreciação	(3.393)	(861)	(1.706)	(402)	(2.478)	(1.478)	–	(5)	(10.323)
Em 31 de dezembro de 2021	(27.476)	(5.307)	(7.207)	(3.785)	(9.213)	(8.709)	–	(2.627)	(64.324)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2020	7.065	3.710	9.307	1.607	6.562	9.752	8.964	2.969	49.936
Em 31 de dezembro de 2021	3.672	2.964	12.684	1.416	6.930	8.408	24.363	3.536	63.973

(a) Imobilizado adicionado pela incorporação da Nowlog.

Consolidado

	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo:									
Em 01 de janeiro de 2020	22.737	8.014	7.527	4.808	8.708	15.087	5.180	7.993	80.054
Aquisição de controlada (a)	13.464	634	4.942	3.840	12.088	2.230	662	38.139	75.999
Mais valia do ativo imobilizado (a)	12.263	–	–	–	–	–	–	–	12.263
Adições	–	224	4.771	663	4.026	215	12.938	1.371	24.208
Baixas	(15)	(278)	–	–	–	–	(514)	–	(807)
Transferência	–	303	2.411	–	678	1.732	(5.268)	(6)	(150)
Em 31 de dezembro de 2020	48.449	8.897	19.651	9.311	25.500	19.264	12.998	47.497	191.567
Aquisição de controlada (b)	72.117	12	23.931	1.427	5.699	2.690	1.736	76	107.688
Mais valia do ativo imobilizado (b)	40.976	–	–	–	–	–	–	–	40.976
Adições	110	122	537	229	2.678	190	31.217	550	35.633
Baixas	(17.930)	–	(1.341)	(1.881)	(3.355)	–	(5.158)	(693)	(30.358)
Transferência	(2.522)	379	6.987	(211)	833	1.491	(6.972)	(15)	(30)
Em 31 de dezembro de 2021	141.200	9.410	49.765	8.875	31.355	23.635	33.821	47.415	345.476
Depreciação:									
Em 01 de janeiro de 2020	(12.997)	(3.609)	(3.946)	(2.851)	(5.025)	(5.486)	–	(5.102)	(39.016)
Aquisição de controlada (a)	(10.706)	(251)	(4.203)	(3.170)	(11.123)	(939)	–	(35.901)	(66.293)
Depreciação	(8.279)	(881)	(1.592)	(660)	(2.117)	(1.818)	–	(1.379)	(16.726)
Em 31 de dezembro de 2020	(31.982)	(4.741)	(9.741)	(6.681)	(18.265)	(8.243)	–	(42.382)	(122.035)
Aquisição de controlada (a)	(47.805)	(6)	(18.232)	(1.148)	(4.491)	(1.469)	–	(3)	(73.154)
Depreciação	(22.609)	(1.262)	(5.515)	(345)	(3.030)	(1.960)	345	(131)	(34.507)
Baixas	15.592	–	1.305	1.797	3.830	–	–	28	22.552
Em 31 de dezembro de 2021	(86.804)	(6.009)	(32.183)	(6.377)	(21.956)	(11.672)	345	(42.488)	(207.144)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2020	16.467	4.156	9.910	2.630	7.235	11.021	12.998	5.115	69.532
Em 31 de dezembro de 2021	54.396	3.401	17.582	2.498	9.399	11.963	34.166	4.927	138.332

(a) Imobilizado, e correspondente mais-valia, adicionados pela aquisição das empresas Prime, Frenet e Plimor. (b) Imobilizado, e correspondente mais-valia, adicionados pela aquisição da Transportadora Americana e Direcional.

11. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquiridos de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e suas controladas:

	Softwares e licenças (a)	Ágio (b)	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	–	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear Adquiridos e gerados internamente	Não amortiza Adquiridos (combinações de negócios)	Amortização linear Adquiridos e gerados internamente	Amortização linear Adquiridos (combinação de negócios)	Amortização linear Adquiridos (combinação de negócios)

(a) Softwares: As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos de forma interna, incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de *software*, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de *software* (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos. (b) Ágio: O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos do negócio. A movimentação pode ser assim apresentada:

Controladora

	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
Custo:						
Em 01 de janeiro de 2020	35.063	120.313	24.602	4.756	6.585	191.319
Adição por incorporação (a)	–	22.842	10.040	690	–	33.572
Adições	11.533	–	–	–	–	11.533
Em 31 de dezembro de 2020	46.596	143.155	34.642	5.446	6.585	236.424
Adições	15.856	–	–	–	–	15.856
Baixas	(51)	–	–	–	–	(51)
Em 31 de dezembro de 2021	62.401	143.155	34.642	5.446	6.585	252.229
Amortização:						
Em 01 de janeiro de 2020	(18.003)	(3.608)	(3.947)	(2.852)	(5.963)	(34.373)
Depreciação	(2.250)	–	(11.910)	(868)	(144)	(15.173)
Em 31 de dezembro de 2020	(20.264)	(3.608)	(15.857)	(3.710)	(6.307)	(49.746)
Depreciação	(2.823)	–	(7.517)	(922)	(145)	(11.407)
Em 31 de dezembro de 2021	(23.087)	(3.608)	(23.374)	(4.632)	(6.452)	(61.153)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2020	26.332	139.547	18.785	1.736	278	186.678
Em 31 de dezembro de 2021	39.314	139.547	11.268	814	133	191.076

(a) Intangível adicionado pela incorporação da Nowlog.

Consolidado

	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
Custo:						
Em 01 de janeiro de 2020	35.056	143.155	36.654	5.696	6.452	227.013
Aquisição de controladas (a)	37	20.613	49.310	8.214	–	78.174
Adições	11.533	–	–	–	–	11.533
Em 31 de dezembro de 2020	46.626	163.768	85.964	13.910	6.452	316.720
Aquisição de controladas (b)	15.765	327.374	141.315	20.553	–	505.007
Adições	16.682	–	–	–	–	16.682
Baixas	(51)	–	–	–	–	(51)
Transferência	30	–	–	–	–	30
Em 31 de dezembro de 2021	79.052	491.142	227.279	34.463	6.452	838.388
Amortização:						
Em 01 de janeiro de 2020	(18.003)	(3.608)	(3.947)	(2.852)	(5.963)	(34.373)
Amortização	(2.261)	–	(17.546)	(1.567)	(344)	(21.718)
Em 31 de dezembro de 2020	(20.264)	(3.608)	(21.493)	(4.419)	(6.307)	(56.091)
Amortização	(4.110)	–	(37.385)	(5.652)	(145)	(47.292)
Em 31 de dezembro de 2021	(24.374)	(3.608)	(58.878)	(10.071)	(6.452)	(103.383)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2020	26.362	160.160	64.471	9.491	145	260.629
Em 31 de dezembro de 2021	54.678	487.534	168.401	24.392	–	735.005

(a) Ativos intangíveis e ágio identificado na aquisição da Transportadora Americana e Direcional. (b) Ativos intangíveis e ágio identificado na aquisição da Prime, Frenet, Plimor.

11.1. Teste de recuperabilidade do ativo intangível ("Impairment"): A Administração avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado, não sendo identificado nenhum indicador de perda por redução ao valor recuperável. De acordo com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - Impairment of Assets) ativos devem ser agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia entende que existe somente uma única UGC em sua operação, devido à similaridade de operações, diversidade de serviços oferecidos, similaridade nas premissas para projeção de resultados e fluxos, sinergia entre as operações e, principalmente, uma gestão centralizada do caixa entre as operações. O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de impairment. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo: (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro - 13,9% a.a. (13,6% a.a. em 2020). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas, sendo derivado de custos médios de ponderação de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros do mercado. Ponderações específicas de mercado são aplicadas para refletir o risco específico e incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,0%. (iii) Crescimento de receita: no período de 2022 a 2025, a taxa de crescimento da receita de 19,0% a.a. (17,7% a.a. em 2020) foi estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (*churn*) e a sinergia das aquisições de empresas. (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativas de inflação dos principais custos e despesas e desgaste dos trabalhadores. (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes. Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso: O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas: (i) Taxa de desconto; (ii) Crescimento na perpetuidade; Taxa de desconto: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. Crescimento na perpetuidade: A estimativa foi baseada principalmente em: (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas; (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projeta (IPCA do período); (iii) Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus). Sensibilidade a mudanças nas premissas: As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: (i) Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possui sensibilidade desprezível a alterações na projeção de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros é pré-fixada e o quase todo o restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações; (ii) Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 0,00%, este crescimento passa dos 3,0% originarmente considerados para 2,1% o que praticamente não considerava crescimento real fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação a performance recente do ativo. Mesmo assim, utilizando este novo crescimento, não há perda por redução ao valor recuperável. Não houve registro de perdas por impairment nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **12. Empréstimos, financiamentos e debêntures e Instrumentos financeiros derivativos: 12.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

		Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
	% - Taxa ao ano				
Capital de giro	CDI + 1,9% a 4,9% ou pré-fixada de 12% a 22%	269.943	253.955	273.954	258.752
Debêntures	CDI + 4,0% e CDI + 4,75%	100.464	100.169	100.464	100.169
Outros	pré-fixada de 0,77% a 8,70%	–	–	54	–
		370.407	354.124	374.472	358.921
Custos de transação		(1.486)	(1.819)	(1.486)	(1.819)
		368.921	352.305	372.986	357.102
Circulante		41.890	7.464	43.298	8.678
Não circulante		327.031	344.841	329.688	348.224

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2022	77.795	79.204
2023	124.318	125.845
2024	134.767	135.897
2025 em diante	32.041	32.040
	368.921	372.986

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	2021	2020
Cessão fiduciária de direitos creditórios	370.407	354.124
	370.407	354.124

Capital de giro e debêntures: Os empréstimos captados durante o ano de 2020 e 2021 tiveram como objetivo o financiamento para aquisição das empresas Transportadora Americana e Direcional e o refinanciamento das dívidas existentes visando a redução dos encargos e aumento no prazo de pagamento, ambos tendo como garantia a cessão fiduciária de títulos. Para a garantia das operações, a Companhia realizou a cessão de direitos creditórios oriundos de determinados contratos de prestação de serviços. As CCBs e a Debêntures estabelecem obrigações restritivas ("Covenants"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,0x ao final de cada exercício e pelo índice Dívida líquida/Patrimônio líquido, devendo ser menor ou igual a 1,0x ao final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos. **12.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Os valores apurados no encerramento do exercício podem ser assim apresentados:

Valor nocional	Ponta ativa a receber	Ponta passiva (a pagar)	Líquido a receber/ (a pagar)	Valor justo – Apresentado no Passivo circulante	Valor justo – Apresentado no Passivo não circulante
58.200	53.849	(58.326)	(4.477)	2.634	1.844
30.211	26.702	(29.170)	(2.468)	1.618	850
	80.551	**(87.496)**	**(6.945)**	**4.252**	**2.694**

O fluxo de caixa esperado para os próximos anos associados com o valor justo do *swap* pode ser assim apresentado:

Valor nocional	2022	2023	2024	Total
58.200	2.634	1.248	595	4.477
30.117	1.618	741	109	2.468
	4.252	**1.989**	**704**	**6.945**

13. O direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos; • Caminhões: 5 anos; • Sistemas de monitoramento: 5 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.4. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia e suas controladas aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

Controladora

Descrição	Vida útil (anos)	2020	Adições	Baixas	Depreciação	2021
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	185.138	62.140	(234)	(32.310)	214.735
Caminhões	5	438	–	–	(292)	146
Sistemas de monitoramento	5	1.223	(72)	–	(298)	853
		186.799	62.068	(234)	(32.899)	215.734

Descrição	Vida útil (anos)	2019	Incorporação de controladas	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	2020
Centros de distribuições e imóveis	2 a 12	105.343	2.504	95.750	(2.037)	–	(16.422)	185.138
Caminhões	5	727	–	2	–	–	(291)	438
Sistemas de monitoramento	5	1.446	–	72	–	149	(444)	1.223
		107.516	2.504	95.824	(2.037)	149	(17.157)	186.799

Consolidado

Descrição	Vida útil (anos)	2020	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	2021
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	226.504	23.815	65.342	(2.093)	–	(57.021)	256.547
Caminhões	5	438	–	–	–	–	(292)	146
Sistemas de monitoramento	5	1.223	–	(72)	–	–	(791)	360
		228.165	23.815	65.270	(2.093)	–

12 continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a aumentar o capital social até o limite de R$3.000.000 por deliberação do Conselho de Administração. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios são contabilizados como redução de patrimônio líquido, deduzidos de eventuais efeitos fiscais. **17.2. Reservas de lucros:** Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2021, a montante de R$9.969 foi reconhecido como reserva subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2021, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$11.579. Distribuição de lucros: Segundo o Estatuto Social, o lucro líquido anual terá a seguinte destinação: (a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação na constituição da Reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela Reserva legal e demais hipóteses previstas em Lei será assegurado aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; (c) Uma parcela, por proposta da Administração, poderá ser destinada para a formação de Reserva de contingências; e (d) O saldo remanescente será destinado por deliberação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. A destinação do lucro líquido será aprovada pela Assembleia Geral. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.861)	7.028
(–) Reserva legal (5%)	–	(351)
(=) Lucro líquido (Prejuízo) ajustado	(17.861)	6.677
(–) Prejuízos acumulados em 1º de janeiro	(11.966)	(165.524)
(–) Complemento dos prejuízos acumulados com a reserva de capital	–	156.499
(–) Efeito fiscal sobre gastos com emissão de ações	(12.492)	–
(–) Reserva de incentivos fiscais	–	(9.969)
(=) Base para cálculo de dividendos	(42.319)	(12.317)
(–) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	–	–
(+) Compensação de prejuízos acumulados com a reserva legal	–	351
(=) Prejuízo acumulado ao final do exercício	(42.319)	(11.966)

Em 2020 e em 2021, a Companhia não distribuiu dividendos à conta de lucros acumulados e não distribui Juros sobre capital próprio. **17.3. Plano de pagamento baseado em ações:** A Companhia concede a seus principais administradores e empregados opção de participar no plano de pagamento baseado em ações. O custo de transações liquidadas com ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações devem ser reconhecidas no resultado (rubrica "despesas com pessoal") durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamento baseados em ações, no patrimônio líquido. Em 31 de julho de 2017, o Conselho de Administração da Sequoia Log S.A. reuniu-se para estabelecer e aprovar o Plano 4 de outorga de opções, indicando os colaboradores que receberam opções de compra ações da Sequoia Log S.A. e a quantidade total a ser distribuída. Em ASE de 31 de dezembro 2018, em conjunto com a aprovação da reorganização societária, foi aprovada a substituição ao Plano 4 de outorga de opção de compra de ações da Sequoia Log S.A. pelo Plano 1 de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizados a tomar as medidas necessárias para a implantação do Plano ora aprovado. As opções outorgadas sob o Plano 4 da Sequoia Log S.A. serão honradas, agora pela Companhia sob o Plano 1, cabendo ao Conselho de Administração promover a substituição de tais opções por novas opções sob o Plano da Companhia, promovendo os ajustes eventualmente necessários para manutenção dos direitos dos respectivos Beneficiários. Os demais planos em nome da Sequoia Log S.A. (Planos 1, 2 e 3) foram automaticamente cancelados. Os planos de pagamento baseado em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções ("Preço de Exercício"), definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor (CDI) desde a data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano. As principais características do plano são as seguintes:

Detalhes	Plano 1
Data de início (primeira outorga)	31/07/2017
Quantidade de opções	332.806.243
Preço de exercício - R$	R$0,03
Volatilidade anualizada média	40,98%
Prazo maturidade estimado	4 anos

As características do Plano são as seguintes: (i) Período de vesting - quatro anos, a partir do primeiro aniversário da celebração do respectivo contrato de outorga com cada beneficiário, sendo que 25% do lote de opção fica *vested* a cada ano. (ii) Preço de exercício - o preço de exercício será atualizado por CDI a partir da data de cada tranche até data de notificação do interesse em exercício de opção de compra. (iii) Período de lock-up - todos os beneficiários estão em período de *lock-up*, contados 180 dias a partir do evento da oferta pública de ações, realizado pela Sequoia em 6 de outubro de 2020. (iv) Prazo extintivo - em caso de término do vínculo empregatício, o optante tem 90 dias para exercer suas opções *vested*, caso esse término ocorra após o segundo ano do aniversário de assinatura do contrato de outorga. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado apenas pelo fator de opção de opção. O valor justo das opções de característica de "tempo de permanência do executivo" foi calculado com base no modelo de avaliação contínuo de Black & Scholes. As principais informações relativas aos planos de opção de compra de ações da Companhia estão resumidas a seguir:

	31 de dezembro de 2021								Quantidade de opções	
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	Jul/17	Jul/18	Jul/23	R$1,79	R$0,83	3.143.850	2.330.152	813.698	–	–
2	Mar/18	Mar/19	Jul/23	R$1,79	R$0,62	1.353.699	935.746	205.275	212.678	–
3	Mar/19	Mar/20	Jul/23	R$1,79	R$0,62	1.928.271	611.811	522.425	794.035	155.135
4	Jun/19	Jun/20	Jul/23	R$1,79	R$0,62	475.437	237.718	–	237.719	–
5	Nov/19	Nov/20	Jul/23	R$1,79	R$0,38	494.240	–	–	494.240	247.120
6	Jan/20	Jan/21	Jul/23	R$1,79	R$0,36	98.848	24.712	–	74.136	–
7	Fev/20	Fev/21	Jul/23	R$1,79	R$0,36	172.984	43.246	–	129.738	–
8	Jun/20	Jun/21	Jul/23	R$1,79	R$0,36	98.848	24.712	–	74.136	–
9	Ago/20	Ago/21	Jul/23	R$1,79	R$0,44	51.894	17.383	–	34.511	259
10	Set/20	Set/21	Jul/23	R$1,79	R$0,44	88.963	–	–	88.963	30.247
						7.907.034	4.225.480	1.541.398	2.140.156	432.761

	31 de dezembro de 2020								Quantidade de opções	
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	Jul/17	Jul/18	Jul/23	R$1,79	R$0,83	3.143.850	–	813.698	2.330.152	1.747.614
2	Mar/18	Mar/19	Jul/23	R$1,79	R$0,62	1.353.699	196.028	196.027	961.644	480.822
3	Mar/19	Mar/20	Jul/23	R$1,79	R$0,62	1.928.271	35.657	430.030	1.462.584	365.646
4	Jun/19	Jun/20	Jul/23	R$1,79	R$0,62	475.437	–	–	475.437	118.859
5	Nov/19	Nov/20	Jul/23	R$1,79	R$0,38	494.240	–	–	494.240	123.560
6	Jan/20	Jan/21	Jul/23	R$1,79	R$0,36	98.848	–	–	98.848	–
7	Fev/20	Fev/21	Jul/23	R$1,79	R$0,36	172.984	–	–	172.984	–
8	Jun/20	Jun/21	Jul/23	R$1,79	R$0,36	98.848	–	–	98.848	–
9	Ago/20	Ago/21	Jul/23	R$1,79	R$0,44	51.894	–	–	51.894	–
10	Set/20	Set/21	Jul/23	R$1,79	R$0,44	88.963	–	–	88.963	–
						7.907.034	231.685	1.439.755	6.235.594	2.836.501

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	Preço médio de período por ação em reais	Opções
Em 31 de dezembro de 2020	1,79	6.235.594
Exercidas	2,17	(3.993.795)
Expiradas (a)	1,79	(101.643)
Em 31 de dezembro de 2021	**1,79**	**2.140.156**

	Preço médio de período por ação em reais	Opções
Em 31 de dezembro de 2019	1,79	6.370.651
Concedidas	1,79	511.537
Exercidas	2,20	(231.685)
Expiradas (a)	1,79	(414.909)
Em 31 de dezembro de 2020	1,79	6.235.594

(a) Opções expiradas devido a saída de executivos da Companhia.

O pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado da Companhia. A despesa registrada resultado da Companhia no exercício de 2021 foi de R$396 (R$755 em 2020). **17.4. Resultado por ação:** a) Lucro (prejuízo) básico por ação: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.861)	7.028
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	135.524	105.448
Lucro (prejuízo) por ação - em R$	(0,13179)	0,06665

b) Lucro (prejuízo) diluído por ação: O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Os efeitos de opções de compra de ações e o potencial diluto decorrente das opções é representado por 2.140.156 ações (6.235.594 ações em 2020). Devido ao fato da Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro 2021, as opções de compra de ações não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.861)	7.028
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	135.524	111.684
Lucro (prejuízo) por ação - em R$	(0,13179)	0,06293

18. Receita operacional líquida: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços prestados nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas forem recuperadas. A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente, ou direitos para a venda de equipamentos, dependendo das circunstâncias). Ao avaliar os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). Imposto sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos impostos sobre vendas e são apresentadas líquidas dos impostos da receita de vendas na demonstração do resultado. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A seguir apresenta-se a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prestação de serviço de transporte e logística	1.104.082	846.121	1.808.895	1.180.036
Impostos incidentes	(166.673)	(125.910)	(288.536)	(181.927)
Receita operacional líquida	937.409	720.211	1.520.367	998.109

19. Custos e despesas por natureza: Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e outros benefícios a empregados, insumos, além da depreciação e amortização de ativos. A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Gastos com:	2021	2020	2021	2020
Distribuição e transporte (a)	(508.567)	(396.242)	(882.828)	(571.842)
Pessoal	(228.436)	(172.321)	(381.076)	(238.993)
Depreciação e amortização	(18.909)	(24.589)	(82.609)	(39.171)
Amortização - direito de uso	(32.899)	(16.099)	(52.801)	(30.625)
Rendas	(24.613)	(19.880)	(30.410)	(20.254)
Gerais e administrativas	(42.221)	(27.188)	(42.037)	(35.562)
Serviços de terceiros	(19.758)	(16.983)	(34.460)	(19.919)
	(875.403)	(673.302)	(1.506.221)	(961.066)
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(729.086)	(553.962)	(1.253.942)	(782.679)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(146.317)	(119.340)	(252.279)	(178.387)
	(875.403)	(673.302)	(1.506.221)	(961.066)

(a) Referem-se a gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

20. Outras receitas (despesas), líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Indenizações recebidas	4.483	464	6.887	1.590
Venda (baixa) de ativo imobilizado	327	(100)	5.640	(96)
Créditos extemporâneos de tributos (vide Nota 6)	7.675	–	12.785	2.249
Ajuste de preço por aquisição de controlada (a)	(6.532)	–	(6.532)	–
Ganhos em quitação de impostos (b)	–	–	10.367	–
Outras despesas e receitas	(122)	346	5.677	2.908
	5.831	710	34.824	6.651

(a) A Companhia e os vendedores assinaram o segundo aditivo ao contrato de compra e venda, formalizando o ajuste de preço adicional de 100% das quotas da Transportadora Americana, pelo valor de um quinto do preço pago em R$6.532, o qual foi registrado na conta de Outras despesas operacionais. (b) A controlada Prime efetuou a negociação para quitação de impostos federais e estaduais que se encontravam em aberto desde períodos anteriores a aquisição pela Companhia, ocasionando em multa e juros, as quais foram registrados em Outras receita operacionais. **21. Receitas e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que descontam exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras:	2021	2020	2021	2020
Juros sobre arrendamento mercantil	(26.242)	(13.829)	(32.947)	(17.777)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e dívida	(31.292)	(19.245)	(35.863)	(21.127)
Resultado líquido de instrumentos financeiros	(6.502)	(344)	(6.502)	(344)
Juros passivos por atraso de pagamento	(4.589)	(7.286)	(5.260)	(9.677)
Despesas bancárias	(4.085)	(3.819)	(5.948)	(4.126)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(1.091)	(1.633)	(1.162)	(1.642)
Atualização do valor justo de instrumentos financeiros	60	(67)	60	(67)
Outras despesas financeiras	(2.114)	(111)	(5.119)	(403)
	(75.855)	(46.334)	(93.741)	(55.163)
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	9.526	2.003	9.592	2.102
Descontos obtidos	1.098	1.783	3.923	4.854
Outras receitas financeiras	3.795	926	4.737	1.221
	14.417	4.712	18.252	8.177
	(61.438)	(41.622)	(75.489)	(46.986)

22. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e inclui todos os impostos de renda nacional ou estrangeiro. As alíquotas aplicáveis para a legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda diferido é ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	54.481	41.189	59.270	41.189
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	1.815	15.839	1.815	15.839
Diferenças temporárias	8.750	(2.547)	9.947	(1.895)
	10.565	13.292	11.762	13.944
Movimentações patrimoniais:				
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	–	–
Diferenças temporárias	–	–	16.014	4.137
	–	–	16.014	4.137
Saldo final	65.046	54.481	87.046	59.270

A composição dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2021	Saldo em 2020	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Prejuízo fiscal e base negativa	67.725	65.910	67.725	65.910
Diferenças Temporárias - Ágio fiscal	(25.928)	(22.168)	(28.658)	(22.168)
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	9.789	3.294	17.870	3.294
Provisão para perdas no valor recuperável				
do contas a receber	2.217	2.663	3.485	3.957
Provisão para demandas judiciais	1.893	5.811	15.521	8.206
Bônus diferido dos arrendamentos	9.478	2.813	11.542	3.911
Instrumentos financeiros derivativos	2.361	–	2.361	–
Crédito extemporâneo	(2.575)	–	(2.913)	–
Outros	86	(3.842)	113	(3.840)
	65.046	54.481	87.046	59.270

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, dentro do período dos resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2021 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora	Consolidado
2022	8.970	9.686
2023	13.507	14.620
2024	17.785	18.180
2025	22.921	22.575
2026	17.983	18.237
2027	13.583	35.292
	93.463	118.504
Impostos diferidos passivos	(28.503)	(31.571)
	65.046	87.046

As projeções consideram as seguintes principais premissas: (i) Projeção de fluxo de caixa para 10 anos. (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento do ano 1 (13,1% ao ano no período de 2022 a 2026 (16,7% ao ano em 2020) é estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn) e a entrada das aquisições de empresas. (iii) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da Companhia, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista. A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário: (i) Manutenção do crescimento na prestação de serviços de clientes que operam no mercado de e-commerce, o qual encontra-se em expansão; (ii) Manutenção do crescimento na prestação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela diretoria, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua, que possibilitariam a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, revisamos e analisamos a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela diretoria com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas, avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Companhia quanto da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura, avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a período dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros e verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis. Analisamos também a razoabilidade sobre bases internas, para avaliar o comportamento das projeções com suas realizações e a eficácia das divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as projeções e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Combinação de negócios:** A Companhia adquiriu determinadas controladas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito na nota explicativa 8.1. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais avaliações envolvem um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. As informações referentes a estas aquisições estão divulgadas na nota explicativa 8.5 das demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido, além do impacto que possíveis alterações nas premissas poderiam trazer às demonstrações financeiras, à significância e julgamento na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do valor do ágio auferido nessa aquisição. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, lemos os documentos que formalizaram a operação, como contratos e atas, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na validação das premissas e metodologias utilizadas para determinação e mensuração do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos. Também avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando, quando disponível, com informações de mercado. Adicionalmente, avaliamos se divulgações incluídas nas demonstrações financeiras pela diretoria na nota explicativa 8.5. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela diretoria na contabilização da combinação de negócios, que envolveram o processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das suas operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, inclusindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os assuntos relacionados ou assuntos que poderiam afetar, considerevelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos nas auditorias das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

EY Building a better working world

Prejuízo fiscal/base negativa acumulado

	Prejuízo fiscal/base negativa acumulado	Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano
Sequoia Transportes e Logística S.A.	194.786	934

Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem enquanto não ocorrer a sua utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado. Conforme as estimativas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2021 em até 5 anos. O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado do período pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

| | Controladora |